

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-12-2023.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airo Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Requerimento de desarquivamento, de autoria de Roberto Robaina, do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/21 (Processo nº 0449/21), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 395/23 (Processo nº 0707/23), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 478 e 713/23 (Processo nº 0810 e 1241/23), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 677/23 (Processo nº 1169/23), de autoria de Mônica Leal; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 683 e 706/23 (Processo nºs 1182 e 1231/23), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 685/23 (Processo nº 1192/23), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 697/23 (Processo nº 1221/23), de autoria de Airo Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 701/23 (Processo nº 1225/23), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 702/23 (Processo nº 1226/23), de autoria de Lourdes Sprenger; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 707, 708, 709, 710, 711 e 712/23 (Processo nºs 1233, 1235, 1236, 1237, 1238 e 1239/23), de autoria de Jessé Sangalli; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 715/23 (Processo nº 1245/23), de autoria de Tiago Albrecht. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 3922/23, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/23 (Processo nº 1258/23). Ainda, foi apregoado Requerimento firmado por Gilson Padeiro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia quatro ao dia sete de dezembro do corrente ano. Também, foi apregoada declaração firmada por Gilson Padeiro, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen e Henry Ventura em exercerem a vereança, em substituição, no período citado. Foi empossado o suplente Matheus Xavier, o qual integrará a CECE. Na oportunidade, por solicitação de Pedro Ruas e Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Aldo Pinto. Após, o Presidente concedeu a palavra,

em TRIBUNA POPULAR, a Antônia Batista Pinheiro e Marcelo Jorge, respectivamente presidente e vice-presidente da Associação Rita Yasmin de Assistência, Educação e Cultura, que se pronunciaram acerca do atendimento prestado pela entidade a crianças e adolescentes especiais e as dificuldades encontradas. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes e Claudio Janta manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e três minutos às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Matheus Xavier manifestou-se nos termos artigo 12, § 8º do regimento. Foi entregue diploma em homenagem a Ademir Mocelin, servidor da Casa, que se aposentou ontem. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou os integrantes da Mesa Diretora a realizarem a entrega de Troféus Câmara Municipal 250 Anos a vereadores, conforme segue: Aldacir Oliboni entregou a Jonas Reis, que se pronunciou; Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Moisés Maluco do Bem e Alvoni Medina, conjuntamente, entregaram a Hamilton Sossmeier, que se pronunciou. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte minutos às quinze horas e vinte e quatro minutos. Foi aprovado Requerimento verbal de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. A seguir, em COMUNICAÇÕES DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Jonas Reis e Giovani Culau e Coletivo. Às quinze horas e cinquenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 223/23 (Processo nº 1234/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/23 (Processo nº 1100/23), após ser discutido por Roberto Robaina, Giovane Byl, Cassiá Carpes, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Pedro Ruas, Adeli Sell, Mari Pimentel, Biga Pereira, Matheus Xavier, Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Márcio Bins Ely e Giovani Culau e Coletivo. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando a retirada da Emenda nº 730 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando a retirada de assinaturas apostas a requerimentos de solicitação de votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/2: de Claudio Janta, para as Emendas nºs 625, 671, 675, 676, 677, 678, 681, 684, 685, 686, 690 e 691; de José Freitas e Claudio Janta, para as Emendas nºs 601, 602, 604, 605 e 606; de José Freitas, para a Emenda nº 07; de José Freitas, Comandante Nádia e Fernanda Barth, para as Emendas nºs 858, 859, 860 e 861; de José Freitas e Claudio Janta, para a Emenda nº 738; de Alvoni Medina, para as Emendas nºs 04, 738, 858, 859, 860 e 861; de Pablo Melo, para a Emenda nº 04; de Airto Ferronato e José Freitas, para a Emenda nº 326; e de José Freitas, Giovane Byl, Fernanda Barth, Cassiá Carpes e Hamilton Sossmeier, para a Emenda nº 04. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para matérias acessórias ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23: de autoria do vereador Prof. Alex Fraga, para as Subemendas nº 01 e 02, apostas à Emenda nº 634; e de autoria do vereador Idenir Cecchim, para as Emendas nºs 323, 324, 327, 328, 599, 603, 607, 865, 866, 867, 868 e

869. Foram apregoados o Projeto de Lei do Legislativo nº 689/23 (Proc. nº 1206/23) e o Projeto de Resolução nº 098/23 (Proc. nº 1208/23). Hamilton Sossmeier, presidindo, declarou encerrada a discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 035/23. Por acordo de líderes, a Ordem do Dia foi encerrada às dezessete horas e cinquenta e três minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 025 e 026/23; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 015/22 e 021/23; os Projetos de Lei do Executivo nºs 038 e 039/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 244, 401, 406, 480, 580, 599, 603, 613, 629, 638, 639, 670, 673, 680, 686 e 688/23; os Projetos de Resolução nºs 094 e 095/23; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 377, 506, 649, 666 e 681/23; e o Projeto de Resolução nº 093/23. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Moisés Maluco do Bem e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamento firmado pelo Ver. Gilson Padeiro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 04 ao dia 07 de dezembro de 2023.

Apregoamento declaração firmada pelo Ver. Gilson Padeiro, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen e Henry Ventura em exercerem a vereança, em substituição, no período citado.

Informo que o suplente Matheus Xavier já procedeu a entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Matheus Xavier prestará a seguir.

SUPLENTE MATHEUS XAVIER (PSDB): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o suplente Matheus Xavier que integrará Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CECE.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): O Ver. Márcio Bins Ely e eu pedimos um minuto de silêncio pelo falecimento de um grande amigo nosso, em comum, Aldo Pinto, é isso, Ver. Márcio Bins Ely?

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Isso, foi Presidente da Assembleia Legislativa, secretário da Agricultura, companheiro trabalhista, ex-candidato a governador, por tudo que fez em favor do povo gaúcho.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Rita Yasmin de Assistência, Educação e Cultura, que tratará de assunto relativo ao atendimento prestado pela entidade a crianças e adolescentes especiais e as dificuldades encontradas.

O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Antônia Batista Pinheiro, presidente, e o Sr. Marcelo Jorge, vice-presidente, estão com a palavra.

SRA. ANTÔNIA BATISTA PINHEIRO: Boa tarde a todos. Sr. Presidente da Câmara e Ver.^a Comandante Nádia, quero agradecer por este espaço. Nós, da Rita Yasmim, pessoal, estamos aqui pela terceira vez, trazendo, junto com as famílias da Rita Yasmim, as crianças e adolescente especiais com a nossa preocupação com o número de criança que tem o diagnóstico de autismo. Essas crianças não têm acesso imediato do atendimento com os especialistas, levando, assim, a piora gradualmente do seu diagnóstico, já que tem que esperar por dois anos para ter uma consulta especializada. Isso faz com que o autismo de leve passe a gravíssimo.

Essas crianças são atendidas no posto de saúde por um médico da família, ele não é especializado no diagnóstico de autismo. Essa espera é muito – muito! – preocupante, isso nem falando dessas crianças seguindo a seu dia a dia no atendimento escolar, na dita inclusão, palavra essa que não cabe no atendimento de uma criança com autismo ou com deficiência nas escolas. Porque, na verdade, essas crianças ficam meia hora, 15 minutos e já é chamado o responsável para levar embora. Isso é o que as famílias da Rita Yasmin aqui presentes relatam na nossa associação. A nossa preocupação com as famílias que relatam esse desespero desse atendimento escolar na inclusão, senhoras e senhores, é que nos traz aqui pela terceira vez, batendo na mesma tecla, com o mesmo pedido, com a mesma revolta dessas famílias.

Sobre a palavra inclusão, recentemente eu li uma reportagem que dizia que a Prefeitura estava colocando 600 profissionais no atendimento da inclusão, mas não especificava como é esse atendimento. Ele é especializado? É um em cada colégio para atender 30 crianças com um ou dois autistas ou especial? Não tem como ser atendido, não! Não tem! Não tem. Porque nós atendemos as nossas crianças e a gente sabe que é impossível. É impossível que tenha apenas um profissional para fazer a inclusão em cada colégio. Elas conseguem, através da justiça, alguém para cuidar dos filhos delas. Esses professores vão até a Rita Yasmin para saber como é que nós ficamos oito horas com essas crianças, seis horas com essas crianças lá dentro da Rita Yasmin. É lamentável isso. E são pessoas formadas.

A Associação Rita Yasmin de Assistência comemora, neste final de semana, 10 anos. São 10 anos de luta para dar uma qualidade de vida melhor a nossas crianças – sem apoio do poder público até agora. Não falando nos direitos no [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#), no art. 11 do [ECA](#), que assegura, à criança e ao adolescente, atendimento através do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso universal igualitário. Gente, isso não é verdade, essas crianças não têm nenhum atendimento especial, elas ficam na fila igual a outra criança, isso aí não é verdade. Não é cumprido, o estatuto não é cumprido. Todos esses tratamentos dessas necessidades, que está escrito na lei, mas sabemos, senhoras e senhores, que não é cumprido. O direito das pessoas só está no papel, só está no papel o direito das crianças com deficiência. Agora eu quero passar a palavra para o Sr. Marcelo Jorge, vice-presidente, que juntos lutamos 24 horas.

SR. MARCELO JORGE: Boa tarde, senhores e senhoras. Presidente e Ver.^a Comandante Nádia, a quem eu agradeço a oportunidade por, mais uma vez, nos fazer presentes nesta Casa para trazer uma notícia que se tornou normal, ou seja, a dita inclusão que não aconteceu e não acontece até hoje. As escolas do Município, as escolas do Estado, trabalham dia a dia para que as crianças tenham a dita inclusão, mas os professores, que fazem o seu melhor, não têm o reconhecimento, tanto financeiro como motivacional, para buscar o seu aperfeiçoamento. A instituição Rita Yasmin luta, há 18 anos, em prol dos direitos das crianças especiais. São 10 anos de uma instituição com uma sede inaugurada na Restinga, que luta dia a dia para que todas as crianças tenham os seus direitos respeitados – respeitados. Estamos aqui em busca de reconhecimento, respeito e apoio dos vereadores, dos deputados e da população para que se faça valer os direitos de todos. É a terceira vez que viemos e espero que, na próxima vez que estivermos aqui, possamos trazer uma notícia diferente, uma história diferente. Que em 2024, ano de eleição municipal, os atuais e os futuros vereadores possam enxergar os direitos das crianças com mais valor. Da minha parte, seria isso, e eu gostaria de agradecer a oportunidade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos o Sr. Marcelo Jorge a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Boa tarde, Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, querida Antônia, Marcelo Jorge; em nome de vocês, quero cumprimentar toda essa grande equipe da Associação Rita Yasmin, colaboradores e apoiadores que estão aqui presentes e fazem um excelente trabalho.

Com certeza, a Rita Yasmin executa um trabalho que, além do profissionalismo, além da técnica, além de ter atendimento multifacetado, vocês atendem com amor, com carinho e com muita dedicação crianças, adolescentes e, às vezes, até adultos que muitas instituições não aceitam. Vocês têm feito um trabalho que é dever do Município, e sabemos que o Município não tem braços para chegar em todas as situações. Por isso, vocês têm essa parceria e esse convênio também com o Município. Mas sabemos que ninguém faz nada sem orçamento, e o orçamento é importante, sim, para que vocês possam manter a capacidade e a excelência do trabalho que vocês têm tido ao longo dos anos. Então, vamos trabalhar juntos para que a Rita Yasmin possa se manter viva, ativa, não por conta da direção que vocês fazem parte, mas por conta de todas aquelas pessoas que são atendidas e que merecem, além do nosso respeito, também a nossa ajuda, assim como eu tenho feito através do meu gabinete, sei que outras pessoas também têm colaborado. Parabéns a vocês que estão aqui presentes e contem conosco sempre. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Boa tarde. Cumprimento o Presidente e todos os colegas vereadores; a minha saudação à Antônia e ao Jorge, e a todos da nossa comunidade da Restinga que estão aqui trazendo a sua luta. Presidente, eu conheço a Antônia e o seu trabalho há mais de duas décadas. Tive o prazer de ir na inauguração da sede, que creio que já fazem uns 10 anos. Este trabalho é um trabalho árduo, porque a Antônia e a sua comunidade acolhem aquelas crianças que são invisíveis na sociedade. Antônia, eu queria dizer que aqui nesta Casa nós aprovamos uma lei garantindo direitos aos autistas, uma lei do colega Claudio Janta que aprovamos por unanimidade. Portanto, a nossa parte de construir uma legislação para proteger a comunidade autista e as suas instituições existe. Mas o que eu creio que nós temos que fazer aqui, Presidente, é um encaminhamento para que o secretário da saúde e o secretário da educação recebam a Rita Yasmin para fazer um convênio. Aqui nós temos, hoje, dezenas de escolas de educação infantil que são conveniadas. Por que não ter convênio uma escola que trata das pessoas com autismo e das necessidades especiais? Porque uma emenda e outra, nós, vereadores, fazemos, mas isso não é permanente. A questão aqui é manter a estrutura permanente para poder proporcionar esta qualidade de vida que, com todo o esforço da comunidade da Restinga e dos apoiadores, se busca hoje. Então, quero deixar esse encaminhamento para que possamos construir uma agenda com a Antônia, o

secretário da saúde e o secretário da educação para ser incluído no sistema de saúde e no sistema de educação do Município. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, obrigado. Eu quero cumprimentar, Ver. Eng^o Comassetto, a Dona Antônia e o Sr. Marcelo pelo trabalho que realizam. Acho que a sua ideia dos convênios, Eng^o Comassetto, é uma ideia muito boa. Assim como foi boa ideia da Ver.^a Nádia de trazer esta situação para nós analisarmos aqui, e podermos encontrar, inclusive, amigos lutadoras e lutadores antigos da Restinga, como é o caso do Pedrinho, que eu saúdo aqui com o meu abraço e o pessoal da Restinga que luta muito nesse sentido. A ideia, Dona Antônia, que o Ver. Eng^o Comassetto trouxe, e é correta, a ideia do convênio na saúde e na educação. Isso é plenamente realizável, plenamente possível, inclusive através desta Casa. E é verdade também, é bom salientar, que aquela lei do Ver. Claudio Janta, em relação às pessoas com autismo, crianças e adolescentes basicamente, faz muita diferença. O cumprimento do art. 11 do ECA é a grande dificuldade, porém ela é maior se nós não tivermos ou ideias ou esforço. Com ideias e esforço, nós fazíamos cumprir, está ao nosso alcance. Então, conte conosco. Parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; saudamos aqui a Antônia Batista Pinheiro, que já é conhecida de muito tempo, nós temos uma relação de colegas da PUC ainda, muitos anos atrás, e também aqui o Marcelo Jorge, que são incansáveis na luta pela entidade Rita Yasmin, inclusive deu o nome em função da sua filha. Então, nada mais como a senhora que tem uma situação em casa para poder lutar por aqueles que mais precisam. E nós sabemos dessa sua luta antiga. Não tem o porquê o poder público municipal ampliar esse conveniamento, dito aqui pelos colegas vereadores, com outras entidades e não fazê-lo com a entidade de vocês, uma vez que vocês têm utilidade pública e que estão, vamos dizer assim, preparados, qualificados para receber recurso público não só de emendas impositivas, mas ser reconhecida pelo governo municipal na medida em que o próprio governo municipal cria o Centro de Atendimento de Autismo, e a senhora disse aqui na tribuna que espera dois anos de atendimento de um especialista, isso é desumano. Portanto, quero sugerir, além dessa sugestão trazida pelos colegas de uma reunião com o secretário de saúde, secretário de administração, que os senhores falem com o diretor do HPV, porque é ele que preside a entidade hoje que gerencia o serviço de atendimento do autismo na Av. Bento Gonçalves, perto da Igreja São Jorge. À medida que tu tens, Antônia, um aluno ou um educando que necessita de um atendimento, e ele é um

especialista, que a senhora possa ter uma janela num convênio com o público municipal de levar esse jovem, essa criança até a Av. Bento Gonçalves e ser atendida. Até porque eles também têm o atendimento móvel, isto é, têm ambulância. Então nesse sentido, se a senhora não conseguir essa janela do poder público, a senhora volta aqui que nós lhe acompanhamos para entrar no Ministério Público e conseguir esse atendimento, que é mais do que obrigação do poder público municipal. Força, fé e coragem para enfrentar este processo. Um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente; saudar a Dona Antônia, parabéns pelo trabalho de vocês, Marcelo Jorge também, vice-presidente. Eu queria aproveitar a oportunidade para explicar melhor a situação que nós estamos passando nesse momento: nós, vereadores, temos mais de 1 milhão de emendas impositivas, e muitos vereadores, devido hoje ser o dia de aprovar o orçamento, estão prometendo para muitas entidades que estão aqui, emendas deles; não é impositiva, se não deu impositiva para vocês, vai ser difícil dar outras, porque o orçamento é da Prefeitura, consequentemente estão jogando contra nós aqui a responsabilidade quando eles – esses vereadores – não colocaram emendas impositivas para vocês. Nós temos que deixar bem claro isso. Mas solicito que a amiga e o Jorge tentem continuar dialogando com a Prefeitura, o diálogo, às vezes, é muito melhor do que uma emenda, consequentemente, conversando com a Prefeitura e reconhecendo o trabalho de vocês, eu não tenho dúvida que a Prefeitura vai ajudar. Se o projeto é bom, e é muito bom o projeto de vocês, eu tenho certeza que vão ser ampliadas essas condições, mas, hoje, o dia de nós votarmos o orçamento, tem emendas que foram reprovadas na comissão, e aí são destacadas, mas elas não têm obrigação. Nós temos as nossas emendas impositivas, muitos não estão dando essa emenda e estão empurrando para a responsabilidade do Executivo no orçamento. Então nós temos que separar as coisas, é bom dizer isso, porque pode ser que nós não aprovemos aqui depois emendas que estão no orçamento, que não são emendas nossas, não são as impositivas que nós temos direito. Só quero fazer esclarecimento, mas o meu objetivo principal é elogiá-los e fazer vocês continuarem nessa perseverança de melhorar a qualidade, porque daí melhora a qualidade para todos nós. Parabéns pelo trabalho de vocês.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Hamilton, obrigado pela palavra. Parabéns à Associação Rita Yasmin de Assistência, Educação e Cultura, Sra. Antônia Pinheiro, presidente, Sr. Marcelo Jorge, vice-presidente. Nós, o poder público, seja Legislativo ou Executivo, temos que saudar as iniciativas da sociedade civil organizada

em prol de direitos, é preciso a pressão de vocês, organizados, para que haja o registro em legislação de fato, que todos possam ser olhados. Embora na Constituição esteja escrito “direito de todos”, sabemos que a educação não é para todos. Acho que falaste bem; eu, como professor, a questão da inclusão é uma questão difícil, porque o Estado não dá formação continuada, e os recursos investidos são poucos, às vezes, só quem está lá na escola, os familiares, que tentam construir. Não adianta a gente jogar as pessoas nos espaços públicos, nós temos que garantir recursos, rubricas. Na nossa cidade de Porto Alegre hoje sobra dinheiro da educação, quero dizer a vocês. Foram gastos, no último período, mais de R\$ 120 milhões em materiais que não eram para inclusão; infelizmente houve o gasto equivocado dos recursos. E eu só posso parabenizar vocês pela luta. Contem conosco! Eu sou autor, aqui na Casa, da legislação da alimentação especial nas escolas, autor também de serviço de psicologia e serviço social nas escolas, que é para também auxiliar, compreender toda a diversidade que está lá, e vocês nos dão exemplo enorme. Então, continuem com essa garra, com essa perseverança, com essa energia. Parabéns a todos os pais e mães que fazem parte da associação, um abraço do Ver. Jonas Reis.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, bom revê-la, bom ver o Jorge também. Eu quero dizer para a senhora, Dona Antônia, que este ano eu destinei R\$ 150 mil, através de emenda impositiva, que era o que o Ver. Cassiá Carpes estava falando. Eu fui convidado a visitar o Educandário São João Batista, onde há um trabalho semelhante ao seu, de acolhimento às crianças com deficiência; então, destinei R\$ 150 mil ao Educandário para ele ativar a sua piscina para as crianças fazerem as suas atividades, que desenvolve muito, principalmente a motora, bem como colocar lá um tapete sensorial para as crianças autistas. O que o vereador que me antecedeu, Cassiá Carpes, disse aqui é que nós temos as emendas impositivas, pena que vocês não vieram há duas semanas aqui, pena que vocês não vieram, mas já assumo aqui um compromisso público com a senhora, das emendas impositivas do próximo ano, dar R\$ 150 mil também para Associação Rita Yasmin de Assistência, Educação e Cultura para ajudar a causa de vocês, serei um parceiro. Nós estamos procurando um centro de referência em diagnóstico do autismo no Extremo-Sul e eu acho que a associação preenche todos esses requisitos, já que tem o turno inverso, tem psicólogo, tem fonoaudiólogo e assistência. Então eu acho que é isso que a cidade precisa, descentralizar a assistência; não adianta nós ficarmos somente em um ou dois lugares, que não vai resolver, não adianta nós ficarmos em um ou dois lugares só, porque não vai resolver; não adianta uma mãe sair lá da Restinga para vir à Zona Norte ou vir ao Centro com seu filho em uma cadeira de rodas, ou com seu filho autista ou com síndrome de *down*. Então, se nós tivermos essas estruturas nos polos – não digo na cidade, mas nos grandes bairros – e a Restinga é um polo do Extremo-Sul, nós teremos a dignidade dessas pessoas. Contem

conosco. O secretário de administração, que foi sugerido, é do nosso partido, se precisarem de uma agenda com ele, nós estamos à disposição. O que foi dito aqui é real: recurso tem bastante, recurso tem bastante, e nós seremos parceiros para ir atrás desse recurso e levá-lo a essas famílias que precisam de dignidade e, principalmente, serem acolhidas. A associação vem fazendo isso há um bom tempo, então merece o nosso respeito e merece a nossa emenda impositiva. Uma pena que chegaram tarde. Nós temos recurso para dar, cada um de nós tem mais de R\$ 1,5 milhão de recurso que pode ajudar, e muito, a Yasmin, e eu já assumo este compromisso de, no ano que vem, dar esse recurso. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton. Sra. Antônia Batista e o Sr. Marcelo Jorge, eu compartilho a posição que o Ver. Janta apontou sobre essa questão vinculada às emendas impositivas e o prazo, nesse caso, já expirou. De toda forma, existe uma demanda que é generalizada na área da assistência, da educação, da cultura, para o cuidado com as crianças, para que se cumpra a legislação, para que se cumpra a nossa Constituição e para que o ECA seja respeitado. Desse ponto de vista, respeitar o ECA é uma exigência básica e uma obrigação dos governos que, infelizmente, não vem ocorrendo no Município e no Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós, do PSOL, apoiamos ativamente a entidade que vocês representam, a causa das crianças, a luta pela educação, pela assistência, pela cultura. Presidente Hamilton, além do apoio à Associação, hoje nós temos essa reivindicação, este momento importante e nós também vamos votar o orçamento. Eu já vi aqui que temos entre nós o padre Rudimar, que eu acredito, Presidente Hamilton, que tenha sido a pessoa que mais se mobilizou para defender os trabalhadores, trabalhadoras e moradoras da região das Ilhas. Eu tenho reclamado, Presidente Hamilton, que nós votamos, no dia 28 de setembro, a ajuda emergencial dos R\$ 3 mil e tem muita gente, aliás a maioria das pessoas da região das Ilhas, que ainda não recebeu. Então, eu queria saudar o padre Rudimar e apontar esta necessidade, que o valor seja pago e que as vistorias, de fato, ocorram, porque todo mundo sabe que não teve casa em nenhuma das Ilhas que não tenha ficado embaixo d'água; portanto, todos merecem os R\$ 3 mil. Muito obrigado, e parabéns, Antônia e Marcelo, pela causa que vocês representam, pela defesa da assistência, da educação, da cultura e das nossas crianças especiais. Obrigado, Presidente.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, se o senhor me permite, eu só gostaria de comunicar a Associação Rita Yasmim que, do dia 30 de novembro até 6 de dezembro – portanto, até quarta-feira –, está aberto o edital de credenciamento de serviço de educação básica; vocês podem se inscrever. Inclusive, está aberto para organizações da sociedade civil, que é exatamente para receber. Já fizeram? Que coisa boa, então, parabéns.

Respondendo ao Ver. Robaina, principalmente às pessoas das Ilhas que não receberam ainda os R\$ 3 mil que são destinados para a compra de eletrodomésticos, não receberam exatamente porque não têm casas, suas casas estão embaixo d'água. Assim que as casas estiverem restabelecidas, receberão; então é importante que a gente deixe esclarecido isso. Obrigada.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Se me permite, Presidente, na mesma linha do que falava a Ver.^a Comandante Nádia, salientar que, para aqueles que receberam os R\$ 3 mil – eu falava, agora, com o pessoal da Ilha Grande dos Marinheiros, lá onde está o Robaina conversando, estão lá eles –, já foram gastos e a água acabou de novo com eles. O dinheiro existe, dizia agora a Ver.^a Mari Pimentel; o dinheiro, os R\$ 20 milhões estão aí, é que tem que passar para eles. É isso, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feitos os registros. Agradecemos a presença da Sra. Antônia Batista Pinheiro, presidente, e do Sr. Marcelo Jorge, vice-presidente, da Associação Rita Yasmin de Assistência, Educação e Cultura. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h53min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Matheus Xavier está com a palavra. nos termos do art. 12, do § 8º do Regimento.

VEREADOR MATHEUS XAVIER (PSDB): Obrigado, Presidente, boa tarde a todos, é uma alegria ver este plenário cheio de pessoas, que eu gosto, e que fazem parte de toda esta construção que vem sendo feita até chegar neste momento. Agradecer ao meu partido, o PSDB, ao Ver. Gilson Padeiro, pela oportunidade, e ao vereador e presidente Moisés que vem fazendo um trabalho exemplar à frente do partido municipal. E, principalmente, agradecer as 1.072 pessoas que, em 2020, saíram num domingo de pandemia e acreditaram no nosso projeto, acreditaram naquela campanha que tinha poucos recursos, pouca estrutura, mas muita vontade de fazer a diferença.

Com a minha estreia aqui na Câmara, eu acredito que é importante fazer uma rápida apresentação para os meus colegas. Meu nome é Matheus Xavier, nascido e criado no bairro Cristal. Eu venho de uma família grande que adora a casa cheia – eu prometi não me emocionar –, uma família de maioria mulheres, e mulheres fortes, como a minha mãe Débora, carinhosamente apelidada de governo. Minha mãe Débora, quando eu nasci, tinha 20 anos de idade, trabalhava 12 horas por dia e, quando chegava em casa, fazia panqueca para vender para fora. Conquistou tudo que tem com muito trabalho e dedicação e é um verdadeiro exemplo para mim. Família da minha avó Lídia, colorada fanática, que

me ensinou a ser colorado e com quem eu tenho as primeiras lembranças sobre política na minha vida, com 10, 11 anos, quando, vó, tu me levavas para os comícios para fazer bandeirações nas esquinas do bairro, mal sabias tu que, talvez, naqueles momentos, estava plantando uma semente que ia florescer 10 anos depois quando eu entrei na universidade e conheci o movimento estudantil fazendo economia na PUC. No movimento estudantil, no Centro Acadêmico da Escola de Negócios e depois, como presidente do DCE da PUC e da Associação de Estudantes do Rio Grande do Sul, eu tive a oportunidade de aprender a importância da ocupação de espaço e da representatividade, em como a política bem feita pode fazer diferença na vida das pessoas. E foi por isso que, quando eu fui convidado a concorrer a vereador, em 2020, pelo meu partido, eu decidi representar e ocupar os espaços em uma região que eu conhecia e que eu me criei que era o meu bairro, o bairro Cristal. Uma vez eu ouvi uma frase que eu repito várias vezes e sempre me pego lembrando que fala muito sobre isso: não adianta a gente querer melhorar o mundo, melhorar o País se a casa da gente estiver bagunçada. E realmente, naquele momento, a minha casa, o meu bairro, andava um pouco bagunçado. O Rodrigo Dias deve lembrar, o problema de alagamento da nossa praça é o mesmo desde a época que a gente jogava bola lá. Os problemas do Colégio Paraná, Leonardo, eram os mesmos desde a época que a gente estudava lá. E o desenvolvimento da orla que a gente vê acontecer com os novos empreendimentos, não refletiam a realidade das comunidades, Marli, e é por isso que, em todos os espaços que eu ocupei, eu busquei destinar recursos para a nossa região. Só neste ano, foram mais de R\$ 500 mil entre emendas parlamentares e pedidos de providência no governo do Estado. Recursos esses que não resolvem todos os problemas, mas mostram a importância da representatividade. Recursos esses que foram direcionados prioritariamente para escolas municipais da região, como o colégio José Loureiro da Silva, que vai receber em torno de R\$ 300 mil de emenda parlamentar; como o colégio Aramy Silva, do meu diretor Celso que está aqui presente; como o colégio Rafael Pinto Bandeira, que está tendo uma obra do muro com recursos do governo do Estado. Acredito que não podemos falar em desenvolvimento social sem falarmos de escolas públicas de qualidade e, principalmente, escolas de ensino fundamental. De acordo com o Censo Escolar de 2022, são mais de 10 milhões de estudantes nos ensinos iniciais no Brasil, sendo 85% deles em escolas públicas. Portanto, vereadores, no tempo em que eu estiver aqui nesta Casa, terão um colega que acredita na política de base, na política do diálogo e no respeito às divergências e, principalmente, que acredita numa cidade mais justa com quem mais precisa e menos burocrática com quem quer empreender. Sem mandato, eu venho fazendo e trabalhando diariamente pela minha região e, como vereador, me dedicarei muito para fazer ainda mais por Porto Alegre. Por isso, meus amigos que estão aqui presentes, muito obrigado, podem ter certeza de que eu continuarei trabalhando e me qualificando para, em 2025, estar aqui nesta bancada novamente, mas como vereador eleito. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nós que agradecemos,
Ver. Matheus Xavier.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Sr. Presidente, convidamos os membros da Mesa Diretora para compor a nossa mesa de honra. Por favor, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Airto Ferronato, Ver. Moisés Maluco do Bem. Com a palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, o Ver. Hamilton Sossmeier.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Hoje, de forma singela, queremos homenagear o Sr. Ademir Mocelin, conhecido como Pingo, servidor que, por mais de 37 anos, atuou nesta Casa junto ao Setor de Transportes e que, na semana passada, se aposentou. Em nome dos parlamentares porto-alegrenses, parabéns, e muito obrigado ao Pingo por sua dedicação e amor à Câmara Municipal, que aproveite sua aposentadoria com saúde e a bênção de Deus. Antes de chamá-lo para que receba nossa singela homenagem, quero dizer que em torno de 50 servidores se aposentaram neste ano e, nas próximas sessões, nós queremos homenagear todos eles, neste ano dos 250 anos da Câmara. Há frases que nós, vereadores, temos ouvido dos que estão se aposentando: “Fiquei sem chão”, “Não sei o que fazer”, “O coração bateu mais forte”. Muitos se assustaram ao receberem a notícia de que estão se aposentando neste ano, muitos esperavam há muito tempo, mas, quando receberam a notícia da aposentadoria, levaram um choque, e essas têm sido as frases que nós temos ouvido deles. Hoje saiu uma relação de 20 pessoas, e nós, vereadores, queremos homenagear todos eles nesses 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, em uma atitude de gratidão a esses servidores que dedicaram o seu tempo e dedicaram a sua vida.

Chamamos o Pingo para receber um diploma de honra ao mérito por seu trabalho junto à Câmara Municipal. Estaremos fazendo essa entrega, eu vou fazer em nome da Mesa Diretora, em nome dos vereadores, e quero chamar os vereadores para virem aqui tirar uma foto com o Pingo.

(Procede-se à entrega do diploma.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Passamos à segunda homenagem. Com a palavra o Presidente da Câmara, o Ver. Hamilton Sossmeier.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Continuando as homenagens feitas aos vereadores nesta legislatura, faremos a entrega da placa a mais três vereadores. Eu quero lembrar ao Ver. Adeli Sell e ao Ver. Cláudio Conceição que ainda não receberam suas placas, pois não estão prontas, mas receberão também. Todos os vereadores desta legislatura, desta 3ª Sessão Legislativa, receberão as suas placas. No dia de hoje, receberão as placas o Ver. Jonas Reis, o Ver. Eng^o Comassetto e o Ver. Hamilton Sossmeier. O Ver. Comassetto não está. O Ver. Jonas Reis receberá hoje, das mãos do

Ver. Aldacir Oliboni, a sua placa referente aos 250 anos da Câmara Municipal de Vereadores.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis tem dois minutos para fazer sua manifestação.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Hamilton, demais membros da Mesa Diretora, meu colega de bancada Ver. Aldacir Oliboni, demais vereadores e cidadãos e cidadãos presentes, eu quero dizer que esta placa em homenagem aos 250 anos não é para mim; sou representante da população. Aqui só cheguei via voto popular pela nossa democracia, então esta placa é o povo de Porto Alegre que nos brinda com a honra de representá-los na defesa dos seus anseios, na defesa da nossa Lei Orgânica, que é a nossa Carta Constitucional, e na defesa de que o orçamento público seja sempre empregado aos que mais precisam, aos que mais sofrem na nossa capital. Para mim, é sempre motivo de orgulho estar aqui todos os dias defendendo a população, os seus direitos, os seus desejos, as suas preocupações e trazer sempre a perspectiva das trabalhadoras, dos trabalhadores. É uma honra enorme, no ano de comemoração dos 250 anos da nossa Câmara, estar aqui construindo uma parte da história, Ver. Ferronato. É importante. A história é feita por homens e mulheres. Nós, claro, representamos aqui muitas e muitos, e isso é, sem sombra de dúvidas, uma grande, mas uma grande honra mesmo. Viva o povo de Porto Alegre; viva a nossa cidade; viva os direitos sociais; viva os 250 anos da nossa Câmara. Obrigado.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu gostaria de um minuto de atenção de todos os presentes, porque esta placa, não diminuindo a homenagem feita a todos os legisladores, é uma placa especial. É uma placa especial para aquele que é muito especial, para aquele que vem conduzindo o Parlamento da capital de forma equânime, de forma democrática, com muito diálogo, com muito respeito. E quis a história da capital que o Presidente do Legislativo, no ano dos 250 anos, fosse esse legislador. Então, eu peço que toda a Mesa Diretora, representando esta Casa, faça a entrega da placa ao nosso Presidente Hamilton Sossmeier.

(Palmas.)

(Procede-se à entrega da placa.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Nós registramos a presença do secretário Cezar Schirmer. Passamos a palavra ao nosso homenageado, o Ver. Hamilton Sossmeier.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Moisés Maluco do Bem, vice-presidente desta Casa, que preside a sessão neste momento; Mesa Diretora, cujos integrantes têm sido verdadeiros companheiros nas muitas ações neste ano de 2023, um ano atípico, que é o ano dos 250 anos da Câmara de Vereadores; colegas vereadores, vereadoras e Ver. Pedro Ruas, nosso decano; eu quero agradecer por esta placa que recebi, que é um simbolismo da história da Câmara de Vereadores. E não posso deixar de agradecer, logicamente, à minha família, à minha esposa, aos filhos, aos netos, porque este é um momento muito especial e agradeço também a todas as pessoas que acreditaram neste projeto de alguém que, apenas nas suas ações, trabalha muito na questão da gestão financeira, na gestão de negócios e para trabalhar neste Parlamento. Eu sou muito grato a Deus especialmente, por ter nos dado – e me dado – o privilégio de poder servir à cidade de Porto Alegre, de servir à nossa cidade aqui nesta Câmara, com tantos pensamentos divergentes, mas com tantas pessoas que a gente vai conhecendo, convivendo e vai aprendendo a respeitar e admirar. Eu, neste momento, com gratidão especial a esta Casa, aos servidores que têm nos tratado com muito carinho, com muito zelo, quero dizer que esta placa me acompanhará pelo resto dos meus dias, esse simbolismo deste ano tão especial, tão maravilhoso que tem sido para a nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Gostaria de suspender a sessão por dois minutos para que todos os vereadores homenageados no dia de hoje e os colegas vereadores e vereadoras pudessem fazer o registro aqui em frente à mesa.

Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h20min.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h24min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. João Bosco Vaz faz uma sugestão para que todos os vereadores possam fazer uma foto na penúltima sessão deste ano, que será no dia 18 de dezembro. A foto será feita na escada da Câmara. Todos deverão estar presentes, porque será uma foto oficial dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier e público que nos acompanha. Gostaria de agradecer a presença de cada um que está aqui hoje, um dos dias mais importantes para esta Câmara de Vereadores. Os vereadores que estão aqui, muitas vezes, tomam horas e horas do discurso político em cima de projetos inconstitucionais, moções em que nós falamos sobre a polarização política em Brasília. Mas este eu diria que é o dia mais importante desta Câmara de Vereadores. Hoje, neste ano, é o dia em que decidiremos para onde irá o orçamento do Município. Para quem está aqui e para o público que nos acompanha, uma peça orçamentária veio do Executivo, veio da Prefeitura, mas compete aos vereadores aqui neste plenário, no dia de hoje, alterar de acordo com o que veem na realidade da cidade, fazer sugestões, mudar e participar do orçamento. Nós sabemos que muitos que vêm aqui já têm a decisão do seu voto tomada, muitos já têm acordos políticos, mas outros estão aqui buscando realmente se aproximar da população de Porto Alegre.

Por isso, eu gostaria de dedicar essa minha primeira fala em liderança, pelo partido NOVO, para reforçar que, enquanto não formos uma cidade de prioridades, nós não saberemos aonde vamos e para onde queremos ir. E essa é a realidade do orçamento de Porto Alegre.

Nós temos aqui a mobilização do pessoal das Ilhas – a Carla e todo mundo aqui das Ilhas – diante de uma tragédia, diante de um silêncio que se estende por anos, em uma comunidade para a qual são dadas as costas, ano após ano, aqui na nossa cidade. Hoje a nossa cidade tem a chance de olhar para eles. Eles vieram até aqui, até o plenário, para lutar por um direito deles, que é a acessibilidade, um direito de ir e vir, que não deveria ser um privilégio. Privilégio nós votamos nesta Câmara de Vereadores, Carla, como o aumento do salário do prefeito e dos secretários, que custou muito mais que a emenda que estamos propondo hoje para as Ilhas, muito mais, mas passou aqui de fininho, sem muito debate. Hoje nós queremos é olhar para o povo, para quem precisa, e não olhar para quem precisa de privilégios, porque R\$ 30 milhões foram só em um privilégio na decisão do aumento do teto, do salário prefeito. Aumentos de secretarias, aumentos de CCs, todo dia nós vemos isso vindo aqui para Câmara de Vereadores. Só para o ano que vem, a Prefeitura quer aumentar em duas secretarias, impactos orçamentários de milhões de reais. Mas aqui, vereadores, nós sabemos que o governo virá para rejeitar todas as emendas, emendas como a da educação, pela qual estão aqui mobilizadas as professoras. Hoje, Ver.^a Mônica Leal, uma professora formada em pedagogia na nossa rede

parceirizada ganha menos de R\$ 2 mil; é uma rede parceirizada em que apenas 20% das professoras são formadas. Nós precisamos, sim, ter uma rede qualificada para atender nossa rede infantil, e não é essa a realidade. A gente só muda essa realidade a partir do orçamento, a partir de uma emenda qualificada para melhorar a educação infantil, porque hoje nós temos duas crianças: a que acessa a educação pública municipal, que tem um professor formado em pedagogia e bem remunerado; e a que acessa a rede parceirizada, que continua mendigando – e essa é a palavra, mas não deveria ser – recursos para qualificar a educação infantil. Então, nós olhamos para a nossa educação infantil com dois olhos, e não deveria ser assim, deveria ser uma mesma criança, um mesmo direito. E é sobre isso a outra emenda pela qual nós temos a mobilização das professoras. Se o prefeito dá a palavra dele de que irá conduzir essa emenda, de que irá conduzir reposição, que venha aqui o líder do governo e se comprometa, porque nós estamos há mais de um ano, professoras, buscando essa emenda, e nada aconteceu. Será isso o que acontecerá ou novamente nós estamos diante de um acordo que se mostra frágil apenas para não ter o debate político? Por isso, eu inicio a minha fala de hoje aqui, em uma sessão que tomará altas horas, com a energia de quem realmente quer debater pela população de Porto Alegre e de quem não passou pano para milhões e milhões de reais que foram destinados para aumento de secretarias, privilégios para o alto escalão do funcionalismo público e aumento de CCs em ano eleitoral. Com essa mesma vontade, Porto Alegre e todos os vereadores aqui também deveriam estar debatendo sobre isso. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, o Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; saúdo todos e todas que estão acompanhando esta sessão. De modo especial, quero saudar aqui a Guarda Municipal, que se faz presente e que está reivindicando algo muito justo e que chama a atenção desta Casa. Um projeto de lei está tramitando e não favorece em nada esses servidores. Pelo contrário, reduz salário e reduz o tempo de serviço para acabar privilegiando os novos servidores que poderão chegar, enquanto vai baixar o salário dos mais idosos ou dos que mais tempo tem de casa. Cuidado com isso! Cuidado com isso!

Vamos pedir para que a Casa peça audiência pública e que discuta com os senhores e as senhoras o que de fato esse projeto traz escondido para não valorizar o servidor público. Um abraço!

Nobre Presidente, isso foi apenas um reconhecimento aos trabalhadores que estão aqui. Agora vou falar em liderança da oposição sobre o que de fato vamos votar hoje, a peça orçamentária. Na peça orçamentária, são centenas de emendas, muitas delas trabalham com serviços que são de obrigação do poder público, como, por exemplo, ampliar as vagas da educação infantil, pagar decentemente os servidores, professores das escolas de educação infantil, como também ampliar a rede. São mais de 10 mil crianças e adolescentes que estão fora da educação infantil; muitos falam em 20 mil, e o governo

fala em 6 mil. Agora o governo mesmo diz que vai abrir mais mil vagas; mil vagas não resolvem o problema, Ver. Robaina; não resolve o problema. Aqui tem vários vereadores e vereadoras que apresentaram emendas, aumentando o recurso, aumentando em R\$ 20 milhões, que é uma das emendas da Ver.^a Mari Pimentel, para destinar especificamente a pagar melhores salários aos educadores da educação infantil. Será que o governo vai ser contra isso?

Então, Ver. Cecchim, V.Exa. que é líder do governo, acho importante, depois de ouvirmos as lideranças, nós cancelarmos os trabalhos da sessão, fazermos um acordo das emendas aceitas pela relatora, ou não, ver as que são possíveis de votarmos, porque, se votarmos emenda por emenda, vamos hoje meia-noite a dentro. São, se eu não me engano, mais de 200 emendas.

É importante o governo reconhecer que existem determinados programas que precisam continuar, mas só continuarão se nós colocarmos recursos, como, por exemplo, o Orçamento Participativo. O governo, ano passado, colocou R\$ 15 milhões. Com R\$ 15 milhões, não se consegue construir dois postos de saúde, uma creche. Não tem como. Os governos anteriores à nossa gestão e outras inclusive do próprio governo, do governo José Fogaça, apresentavam um percentual do orçamento chegando a mais de R\$ 100 milhões anuais. Agora, o governo Melo bota 15, 20 milhões de reais, mas para atender quem, se, às vezes, demanda a pavimentação de uma rua que tem 100 metros, Ver. Adeli? É R\$ 1 milhão; uma creche são R\$ 10 milhões; um posto de saúde, de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões. O governo pretende dizer que é a favor da democracia participativa, mas bota uma migalha no orçamento? Isso é *fake news*. Isso é dizer que apoia, mas, na vida real, não apoia.

Portanto, servidores municipais, vamos à luta. Estamos com vocês como todos aqueles que vieram a esta Casa reivindicar dignidade para que as comunidades tenham voz e vez nesse orçamento. Um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras e vereadores, falo em liderança do PSOL em nome dos vereadores Roberto Robaina, Alex Fraga, Fran Rodrigues e também da nossa querida Karen Santos, que, por motivo de saúde, não está aqui. Eu sou advogado trabalhista, por toda a minha vida eu o fui, e o nosso partido, o PSOL, tem um compromisso histórico com a classe trabalhadora – histórico –, tanto que nos consideramos herdeiros, legatários, de todas as lutas, de todos os enfrentamentos que tiveram por objetivo melhorar as condições da classe trabalhadora. Não somos melhores que ninguém, mas temos esse compromisso.

Neste momento, prestem atenção, esse compromisso é dirigido diretamente a vocês. Vocês são o alvo dele, porque a Prefeitura, particularmente o prefeito municipal e o vice-prefeito, não tem qualquer compromisso com a situação, com a vida, com as condições de trabalho dos municipais, mas nós temos e queremos fazer essa diferença.

Queremos fazer, seja por meio de projeto de lei, seja por meio de recusa a projetos, seja por meio de emenda, porque nós estamos com vocês.

A diferença enorme que se dá entre o compromisso, Ver.^a Mônica Leal, e a realidade é que nós o assumimos, e a maioria de vocês nos conhece, ou todos nos conhecem, e nós cumprimos esse compromisso. O Ver. Robaina, o Ver. Alex Fraga, a Ver.^a Fran Rodrigues e eu, além da Ver.^a Karen Santos, temos essa relação de melhorar as condições de vida, porque vocês são os trabalhadores do Município. Todos que são representados pelo Simpa, todas as companheiras trabalhadoras, todos os companheiros trabalhadores que têm no Simpa a sua representação sindical têm sempre em nós uma defesa permanente e séria de compromisso. E é muito importante que vocês prestem atenção em quem é quem, principalmente para o Executivo municipal.

Quando se vota em uma eleição majoritária, Ver.^a Biga, as pessoas têm que ter noção do que foi o pretérito, o passado, aquilo que ocorreu antes em relação ao que vai ocorrer dali para a frente. Por isso, amigas e amigos municipais que nos visitam no dia de hoje, tenham certeza: o nosso compromisso é com vocês, nós estamos na mesma luta que vocês encabeçam. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, cidadãs, cidadãos, pessoal da luta, Professoras, Sim; TDI, Não! Estamos juntos no apoio; guardas municipais, que estão aqui trazendo a sua voz, a sua demanda, a sua reivindicação justa, porque quem faz segurança tem que ser reconhecido, e até agora não foram; até agora, só discurso, só fala, só promessa. Lá em 2020, o prefeito prometeu valorização; até agora, sequer a inflação represada ele pagou. Deve mais de 30% nos salários dos servidores públicos desta cidade, que são os que carregam Porto Alegre nas costas. Não está no orçamento de novo. Aqui está o orçamento, aqui está o orçamento que hoje nós vamos ter que votar. Um orçamento vergonhoso! Olha só, a secretaria, que é a secretaria das privatizações, em 2022, saltou de R\$ 7 milhões para R\$ 14 milhões. Foi 100% de aumento na secretaria das privatizações, que não entrega nada de qualidade para esta cidade. Aí, claro, não tem dinheiro para pagar o que se deve ao funcionalismo, mas não é só isso.

Outro fato vergonhoso no orçamento: eu não sei por que a Secretaria de Planejamento salta de R\$ 20 milhões para R\$ 122 milhões. Eu queria esse salto para a educação; eu queria para a assistência social, em que tem gente passando fome; eu queria para a saúde, em que são dois anos o cidadão esperando para uma consulta com especialista, mas daí a secretaria do Cezar Schirmer, do MDB, sai de R\$ 20 milhões em 2022, para R\$ 122 milhões em 2024. Mas o que tem de tão difícil nessa secretaria que precisa de tanto dinheiro enquanto a Guarda Municipal está lá trabalhando, muitas vezes com colete emprestado?! Não tem colete, não tem material. E, na educação, nem se fala! As escolas estão caindo aos pedaços; não tem esse salto. Vereadores, aumentou mais de

cinco vezes o orçamento de uma secretaria que não é estratégica. Estratégico é saneamento, é habitação. E olha só como é que está a habitação do prefeito Melo: na Secretaria de Habitação, são R\$ 3 milhões, em 2022; em 2023, R\$ 10 milhões, e agora baixa para R\$ 6 milhões. Aí, claro, eles vêm aqui pedir para vender prédio, enganar a população dizendo: “Se vender prédio, vai ter habitação de interesse social. Se não vender, não tem”. Claro, eles tiraram do orçamento para dar lá na secretaria do Schirmer, da Ana Pellini. Nas secretarias que não são estratégicas, está abarrotado de dinheiro. Aí não tem para habitação mesmo; tem que vender. Tomem cuidado, porque o prefeito vende patrimônio para encher as secretarias dos seus amigos. Mas não é só isso.

Vejam a vergonha que é a cultura, que sofreu tanto nessa pandemia. Ela deveria estar fomentando editais para construir cidadania, direito à democratização da cultura. Ele conseguiu reduzir a cultura, gente; ele reduziu mais de R\$ 1 milhão no orçamento da cultura; ele conseguiu um feito. Ele conseguiu baixar esse orçamento da cultura, que era de trinta e poucos milhões de reais, e aí ele vai pelos cantos fazendo reunião, dizendo que está fazendo. Isso é uma vergonha! Se é para ter uma secretaria sem orçamento, fecha! Nós estamos pagando salário de secretário para quê? Aumentou o salário de secretário de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil, e o secretário diminuiu o orçamento dessas pastas. Para quê secretário se diminuiu o orçamento nessas pastas? Eu queria entender. São os chamados penduricalhos. Para os cargos de confiança, secretários adjuntos, tudo subiu! Subiu o salário. É para aí que foi o orçamento. Se hoje eles negarem, se o governo negar hoje as emendas do povo, uma das quais é para as professoras da rede conveniada, é porque tem que pagar em dia o salário dos secretários que aumentou – foi o salário dos secretários que aumentou. É muito bonito o secretário caminhando por aí, elegante, com a sua gravata, bonachão, com salário em dia. Mas as professoras da rede conveniada, que carrega a educação infantil nas costas, recebem menos de R\$ 2 mil! Na educação infantil, mais de 80% das matrículas são da rede conveniada, e as professoras não recebem o piso do magistério. E aí eles vêm dizer que vão votar contra essa emenda! Pois eu quero ver o nome e o sobrenome de cada um e o partido que vai votar contra a educação. Isso não pode, gente! Então, vocês têm a tarde para refletir e apoiar a educação. Essa emenda é fundamental, construída, inclusive, por unanimidade com todos os vereadores da Comissão de Educação desta Casa. Eu fico escandalizado, porque os que mais trabalham, mais produzem, não têm aumento salarial. Mas aí os secretários têm aumento salarial! Mas em que mundo nós estamos vivendo, que os servidores, com arrocho salarial, e os trabalhadores deste Município... Para concluir, Presidente, a minha intervenção é um alerta para lembrar que o orçamento deve estar à disposição do povo, e não dos privilegiados, porque vereadores, políticos, prefeito e secretários são aqueles que não precisam de aumento neste momento. Não pode.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para ajudar o Ver. Jonas, ele tem que contar o salário dele, professores. Ele também ganha cerca de R\$ 16 mil por mês, mais gasolina, mais telefone, mais gabinete.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde Presidente, cumprimento meus colegas vereadores e vereadoras e, em especial, a população de Porto Alegre presente no plenário no dia de hoje; os servidores e servidoras públicas desta cidade; moradores e moradoras das Ilhas; as professoras da rede conveniada e parceirizada aqui presente. Eu penso que a sessão da tarde de hoje é uma sessão bastante significativa, porque nós estamos, Ver.^a Mari Pimentel, diante do último orçamento que será votado nesta Câmara Municipal que ainda diz respeito a este governo de Sebastião Melo. Este é um orçamento, Ver.^a Biga, que traduz a forma como o atual governo enxerga a cidade e as demandas que esta cidade possui. Eu preciso registrar que o governo de Sebastião Melo talvez simbolize a sequência de governos dos últimos anos em Porto Alegre que levam àquilo que eu considero ser o esgotamento de um ciclo político e econômico, e existem alguns símbolos disso. O primeiro deles, Ver. Oliboni, é a redução da população de Porto Alegre. Os governos que Melo representa levaram a nossa cidade ao esgotamento de um ciclo de desenvolvimento econômico e a consequência é a redução da população desta cidade, mas, talvez, um dos grandes símbolos também seja que Porto Alegre viu, além da sua população reduzir, o número de casas vazias aumentar, enquanto também aumentou o número de pessoas em situação de rua. Isso é grave, é consequência da política que tem sido levada pelas gestões municipais traduzidas no orçamento. Eu quero falar aqui sobre o orçamento. O orçamento apresentado por Melo tem quatro eixos, um deles é o de serviços públicos, mas, vejam, qual é o legado do governo Melo quando se fala de serviços públicos? O legado é o não reconhecimento de uma pauta legítima que hoje está demonstrada aqui nas faixas e cartazes de reconhecimento da defasagem do salário dos servidores e servidoras, da desvalorização. Quando a gente fala de serviços públicos, a gente precisa falar do processo de privatização da Carris, que vai entregar uma empresa que já foi reconhecida como uma das melhores de transporte público do País para a Empresa de Transportes Viamão. Quando a gente fala de serviços públicos, nós temos que falar da crise do lixo; nós temos que falar da terceirização do serviço público, que levou inclusive este Executivo Municipal a ser investigado por órgãos de controle. Um dos eixos do orçamento é a gestão, e se fala em eficiência da máquina pública; mas que eficiência da máquina pública há nesta cidade diante dos escândalos de corrupção que a gente tem investigado na CPI de educação? Em que se compra sem planejamento, em que se compra materiais pedagógicos que não são sequer utilizados na rede? O papel aceita tudo, Ver.^a Biga, e, no orçamento, se fala em compromisso com as pessoas. Mas compromisso com quais pessoas? Eu gostaria de questionar. Para as mulheres, não tem previsão de sequer

R\$ 10 mil para a implementação da Casa da Mulher Brasileira. Para a juventude, R\$ 150 mil, assim como para a população LGBTQIA+, que não é contemplada em nenhum programa. Esses valores para a população LGBTQIA+ ou para a juventude dão um pouco mais de R\$ 10 mil por mês. O que é possível fazer com isso? Para a população negra, as políticas previstas têm no orçamento uma redução de 52% dos recursos previstos. São apenas pouco mais de R\$ 200 mil. Na questão ambiental – e volto a dizer que os moradores e moradoras das Ilhas estão aqui –, o orçamento prevê apenas R\$ 4 mil para melhoria do sistema de prevenção às cheias. A redução dos investimentos na questão ambiental chega a R\$ 4 milhões. E, para concluir, Presidenta, o que está em jogo aqui também é qual o caráter o governo Melo vai assumir, porque existem várias emendas em discussão. E uma das possibilidades é a base do governo rejeitar todas elas, mas aqui existem reivindicações legítimas dos servidores, das professoras da rede conveniada, da Semana da Restinga, que ano que vem completa 50 anos. E é por isso que eu provoço essa reflexão: qual vai ser o caráter do governo na discussão do orçamento? Nós vamos poder fazer o debate? Discutir o mérito? Aprovar as emendas que são legítimas? Ou vai se passar uma patrula e rejeitar todas as emendas construídas com a sociedade civil e com debate público? É isso que está em jogo na tarde de hoje, para isso que eu peço a atenção de todos e todas e para isso que nós vamos nos dedicar ao longo da tarde: para aprovar as emendas que corrigem os erros do orçamento enviado pelo governo Melo. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (15h58min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registro a presença do Ver. Cláudio Conceição.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 223/23 – (Proc. nº 1234/23 – Mesa Diretora) – Requer seja o período de Comunicações do dia 27 de novembro destinado a homenagear a entidade Eco Pelo Clima. **(SEI 014.00044/2023-21)**

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação *ad referendum* o [Requerimento nº 223/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Alvoni Medina (REP): Sra. Presidente, solicito o registro de minha presença.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registramos a presença do Ver. Alvoni Medina.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1100/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/23, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. **(SEI 118.00598/2023-13)**

Parecer:

- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Mari Pimentel:

“pela **APROVAÇÃO** do presente projeto e da mensagem retificativa. No que tange às emendas, encaminhamos manifestação para **APROVAÇÃO** das emendas nº 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450,

451, 452, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 603, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 672, 673, 674, 679, 680, 682, 683, 688, 689, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 862, 864, 865, 866, 867, 868 e 869, e das subemendas nº 1 à emenda 9, 1 à emenda 10, 2 à emenda 11, 1 à emenda 12, 2 à emenda 13, 1 à emenda 14, 1 à emenda 17, 2 à emenda 18, 1 à emenda 20, 1 à emenda 21, 1 à emenda 22, 1 à emenda 23, 1 à emenda 39, 1 à emenda 40, 1 à emenda 47, 2 à emenda 49, 1 à emenda 52, 1 à emenda 53, 1 à emenda 61, 1 à emenda 70, 1 à emenda 74, 1 à emenda 78, 1 à emenda 96, 1 à emenda 108, 2 à emenda 117, 1 à emenda 120, 1 à emenda 133, 4 à emenda 136, 2 à emenda 142, 1 à emenda 184, 1 à emenda 185, 2 à emenda 194, 1 à emenda 201, 1 à emenda 206, 1 à emenda 214, 2 à emenda 234, 1 à emenda 241, 5 à emenda 242, 2 à emenda 254, 1 à emenda 257, 1 à emenda 273, 1 à emenda 294, 1 à emenda 295, 1 à emenda 306, 1 à emenda 327, 1 à emenda 338, 1 à emenda 354, 2 à emenda 365, 1 à emenda 377, 2 à emenda 384, 1 à emenda 390, 1 à emenda 393, 1 à emenda 394, 2 à emenda 397, 1 à emenda 402, 1 à emenda 403, 1 à emenda 404, 1 à emenda 405, 1 à emenda 437, 1 à emenda 449, 1 à emenda 468, 1 à emenda 481, 1 à emenda 486, 1 à emenda 493, 1 à emenda 496, 1 à emenda 518, 1 à emenda 522, 2 à emenda 524, 1 à emenda 529, 1 à emenda 531, 1 à emenda 542, 3 à emenda 558, 1 à emenda 563, 1 à emenda 572, 1 à emenda 582, 1 à emenda 587, 1 à emenda 593, 1 à emenda 634, 1 à emenda 640, 1 à emenda 643, 1 à emenda 666, 1 à emenda 688, 1 à emenda 704, 1 à emenda 705, 1 à emenda 706, 1 à emenda 728, 1 à emenda 732, 1 à emenda 744, 1 à emenda 746, 1 à emenda 749, 1 à emenda 776, 1 à emenda 777, 1 à emenda 779, 1 à emenda 781, 1 e 2 à emenda 822, 1 à emenda 835, 1 à emenda 836, 1 à emenda 838, 1 à emenda 843, 1 à emenda 845, 1 à emenda 846, 1 à emenda 847, 1 e 2 à emenda 848, 1 à emenda 849, 1 e 2 à emenda 850, 1 à emenda 851,

1 à emenda 852, 1 à emenda 853, 1 à emenda 854 e 1 à emenda 857; e **REJEIÇÃO** das emendas nº 4, 7, 8, 16, 325, 326, 388, 455, 600, 601, 602, 604, 605, 606, 625, 631, 671, 675, 676, 677, 678, 681, 684, 685, 686, 687, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 730, 738, 858, 859, 860, 861 e 863, e das subemendas nº 1 à emenda 8, 1 e 3 à emenda 11, 1 à emenda 13, 1 à emenda 49, 1 à emenda 117, 1 à emenda 136, 1 à emenda 142, 1 à emenda 234, 2 à emenda 241, 1, 2, 3 e 4 à emenda 242, 1 à emenda 254, 1 à emenda 384, 1 à emenda 397, 1 e 2 à emenda 457, 1 à emenda 524 e 2 à emenda 634, estando todas individualmente justificadas a tomada de decisão, salvo quando prejudicadas.”

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emendas nºs 01 a 05, 07 a 57, 59 a 136, 138 a 273, 275 a 420, 422 a 701, e 703 a 869;

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLE nº 035/23](#). (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente em exercício, Cláudia Araújo, vereadores, vereadoras, uma saudação aos trabalhadores da Guarda Municipal que estão aqui conosco.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Estão, na verdade, realizando um protesto pelo seu plano de carreira, pela valorização do serviço, e é uma luta que eles têm levado adiante já há muito tempo, uma luta que envolve o risco de vida e que deveria ser observada por todos os vereadores e vereadoras, porque já são meses, talvez até anos de resistência e de demanda ao Poder Executivo, que até hoje não trouxe para cá o seu projeto. Mas eu quero debater aqui o orçamento. O orçamento é uma definição de governo. O governo tem maioria na Câmara Municipal, nós temos uma posição contrária ao orçamento que o governo planifica, porque o governo tem uma lógica justamente que é uma lógica que se opõe à visão que nós temos de gestão pública. A lógica do governo basicamente é uma lógica de desmonte do serviço público, de arrocho salarial, de não recuperação de perdas históricas que tem a categoria municipal. O pessoal da Guarda se encontra aqui porque também os municipais da Guarda Municipal têm os seus salários arrochados, embora, muitas vezes, infelizmente sejam usados como a bucha de canhão contra as próprias mobilizações dos servidores. Aí os guardas são lembrados pelo governo. Infelizmente, quando é para valorizar os salários, aí não são lembrados; quando é para reprimir, sim. E essa é uma proposta que não garante a reposição salarial dos servidores públicos. Isso é muito grave porque, evidentemente, na medida em que o governo não tem uma política de privilegiar o serviço público, tampouco

privilegia a educação pública, a saúde, não tem uma política que garanta as melhorias reais em regiões mais pobres da cidade. Nós vimos o tratamento que o governo deu para os trabalhadores e trabalhadoras, para os moradores das regiões mais atingidas pela cheia. Chegamos a votar aqui na Câmara dos Vereadores uma lei, no dia 28 de setembro, garantindo R\$ 3.000,00 para todas as famílias atingidas pelas enchentes e, até agora, esses recursos não chegaram aos trabalhadores e trabalhadoras dessas regiões. O governo infelizmente tem uma lógica de privatização e de sucateamento do serviço público. Essa é a razão pela qual nós não compartilhamos a proposta orçamentária do governo – embora tenha sido discutida a partir da Comissão de Finanças –, porque a lógica da proposta responde ao mesmo tipo de política levada adiante pelo governo Melo. Portanto, nós, da oposição, creio que será unânime na oposição, vamos, sim, dar a luta política para que melhore o orçamento, mas nós somos conscientes de que as diretrizes fundamentais respondem à lógica do governo, razão pela qual nós não acompanharemos o governo numa votação dessa natureza, que é uma votação que mostra as prioridades que cada projeto tem. E as prioridades do governo infelizmente são ligadas aos interesses dos mais poderosos da especulação imobiliária e não dos trabalhadores e trabalhadoras que garantem o funcionamento da cidade e dos servidores públicos que garantem que a Prefeitura possa prestar serviços, mínimos. Fazem esforços nesse sentido e não são reconhecidos nesses esforços. Essa é a posição que nós sustentamos em relação ao orçamento proposto pelo governo. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde Presidente Cláudia Araújo; boa tarde ao público nas galerias, servidores, público que nos assiste pela TVCâmara. Presidente, é importante a gente marcar posição neste momento tão importante aqui, que nós acreditamos ser o ápice do papel legislativo, que é votar e aprovar o recurso do Executivo para o próximo ano. Essa lei passou pelas comissões, passou pela CEFOR, tem a diretriz do governo, e nós estaremos votando aqui também as demandas do Orçamento Participativo, que foram discutidas nos FROPs e que foram hierarquizadas. Nós vamos discutir aqui também o dispositivo, que até 2018 não se tinha nesta Casa Legislativa, que é o das emendas impositivas. Muitas dessas emendas impositivas contemplam demandas oriundas do Orçamento Participativo também. Então hoje é um dia muito importante e o cidadão tem que ficar atento, quem está nos assistindo e nos acompanhando pela TVCâmara, porque estaremos votando o próximo ano da cidade. Eu tenho certeza que todos os vereadores aqui, tanto da base quanto da oposição, sabem da seriedade e do compromisso com o cidadão porto-alegrense. Nós estaremos aqui discutindo, votando o próximo ano da cidade. Eu queria fazer e marcar posição em relação a isso, Presidente, e quero agradecer, muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Presidenta Cláudia Araújo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos aqui aproveitando, enquanto não se resolvem algumas questões técnicas, para nos posicionar. Nós somos da base do Melo, a gente vê aqui que para alguns já começou a campanha, é o que o Lula está fazendo lá: requeenta, requeenta mensagem... São sempre os mesmos assuntos, lá ele fala, fala e ninguém dá bola para ele, ninguém vai fazer o que ele quer. Ele chega lá e dá discurso, e é tradicional a esquerda fazer este tipo de discurso: discurso vazio. O Culau veio aqui e ele não lembrou, ele é muito jovem, que quem quebrou a Carris foi o Olívio, quando encampou a Carris; foi um desastre para o transporte público. O amigo é muito jovem ainda, tem que começar a pesquisar essas coisas do passado, e isso repercutiu muito na eleição que tirou o PT. Dos ciclos – tu falaste em ciclos –, na realidade nós somos defensores, sim, do governo Melo. O governo Melo faz uma revolução em Porto Alegre. Tu falaste que diminuiu a população. Sim! Eu fiquei sabendo, nesta semana, que o município de Capão da Canoa aumentou em dois o número de vereadores, e nós diminuimos um. O pessoal que se aposentou, com a Covid foi embora para o litoral; e assim mesmo Porto Alegre cresceu, e continua crescendo. Tu sabias que, embora haja mais de 50 isenções na cidade, Culau, a cidade cresceu? A receita cresceu? Porque o importante é oferecer trabalho para as pessoas, dar renda para as pessoas. Muita gente pensa que a carteira assinada é que dá renda. Não! É aquilo que pinga no final do mês lá; aquilo é o dinheiro do cidadão. Então, se esse orçamento não é o perfeito, é o orçamento de um governo, como foi o do governo de vocês! Cada governo tem as suas prerrogativas! Então é isso que nós vamos discutir. Eu não posso ouvir vereadores aqui – e quem está em casa tem que entender... Há três anos nós temos as emendas impositivas. Há três anos! No primeiro ano eu não coloquei porque era muito confuso e não ia dar certo, como não deu; mas eu contribuo com 21 emendas, com 21 entidades: creches, hospitais, tudo para devolver para a sociedade.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Cassiá. Como me citastes, eu gostaria apenas de fazer este aparte porque, apesar de jovem, sou muito estudioso, queria compartilhar com o senhor que a redução da população de Porto Alegre não se concentra entre aqueles e aquelas que são aposentados e aposentadas, como o senhor disse da tribuna. É justamente a fuga de pessoas que não encontram, em Porto Alegre, oportunidades no mercado de trabalho ou perspectiva de um desenvolvimento econômico e social para Porto Alegre que têm ido embora para outras cidades do Rio Grande do Sul e até mesmo para Santa Catarina. Quero que tu tenhas a certeza de que faço um esforço profundo para, quando ocupo essa tribuna, trazer informações depois de ter estudado profundamente. E lamento muito que Porto Alegre esteja esgotando um ciclo e que as pessoas, por consequência, estejam indo embora. Um grande abraço.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Culau. Não contestaste a questão da Carris, portanto aceitou que realmente o Olívio quebrou, naquela oportunidade, o transporte de Porto Alegre. Culau, é importante o amigo saber que antigamente vinha todo mundo para Porto Alegre fazer um puxadinho lá na tua casa, o teu parente vinha do interior – estou fazendo uma figuração –, vinha morar aqui. Ele brigava, ia para rua, ele ia para o Centro, se drogava, etc. Hoje não, hoje tu sabias que Passo Fundo é a sexta economia do Estado? Passo Fundo, há 20 anos, não era isso que é hoje; as cidades cresceram, se desenvolveram com boa administração, às vezes, de todos os partidos. Cada administrador tem um perfil, o Melo tem um perfil; ninguém conhece, não adianta nós dizermos aqui que nós conhecemos mais a cidade que o Melo, estamos mentindo para a população. Ninguém conhece mais a cidade do que o prefeito Melo, que é vereador desde 2000. Ah vai contestar... ele não tem tudo perfeito, mas ele modificou esta cidade, nós temos que ser conscientes disso. A oposição faz o seu trabalho, faz a política, isso faz parte do jogo do dia a dia. Nós temos eleição no ano que vem, para alguns, a eleição já está aí à tona. Então, nós temos, para completar, 812 emendas impositivas, e todos os vereadores... Eu não posso admitir que vereador que não deu a sua emenda impositiva, agora queira dar R\$ 15 milhões para uma entidade, ou para isso, ou para aquilo, quando é atribuição, é prerrogativa da Prefeitura. Foram 55 emendas comuns que nós vamos votar, ou seja, serão destacadas – ou destacada para derrubar, ou destacada para aprovar. É nesse sentido que nós vamos votar agora, Ver. Tiago. Agora, tem muito vereador aqui que mente, que fala inverdades, naturalmente nós temos que ter cuidado, assumam as suas emendas impositivas, mas não joguem a população para dentro da Câmara como se nós fôssemos agora colocar emenda de R\$ 15 milhões, R\$ 20 milhões, Ver. Cecchim. Isso não existe. Nós damos um pouquinho para cada um, e, assim mesmo, as entidades ficam muito felizes de nós estarmos ajudando. As emendas impositivas devolvem o orçamento do Município, direcionam à entidades. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, de maneira conveniente, alguns vereadores acabam omitindo que nós, vereadores, podemos fazer dois tipos de emendas no orçamento: podemos fazer as emendas no próprio orçamento e as emendas impositivas, às quais cada vereador tem direito, cerca de R\$ 1,7 milhão, sendo metade obrigatoriamente para a saúde.

Quando os vereadores falam em fazer emendas, não falam das suas emendas, aquelas que eles têm direito de colocar sem perguntar para ninguém, eles colocam em discussão as emendas que serão colocadas em cima do orçamento da cidade. Então, parece que R\$ 1,7 milhão não é o suficiente; os vereadores querem abocanhar o orçamento da cidade, além do R\$ 1,7 milhão que eles já têm direito a indicar sem pedir para ninguém. Eu quero aproveitar a oportunidade para falar um pouco sobre as emendas

impositivas que eu vou destinar este ano. Essas emendas são importantes para a cidade, e justamente porque, na lei, é dado o direito aos vereadores de indicarem, obviamente dentro de projetos aprovados pela Prefeitura, porque ela é quem executa esse orçamento, mas de livre iniciativa dos vereadores, acaba que temos essa prerrogativa dada pela lei, para que a gente possa fazer essa construção. Obviamente, tudo é importante; todas as coisas merecem ser atendidas, mas uma coisa que muitas vezes é esquecida é a importância da imigração italiana na formação da cultura do Rio Grande do Sul. Como o próximo ano comemora-se os 150 anos da imigração italiana no Brasil, e daqui a dois anos serão os 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, eu construí, juntamente com a Secretaria de Cultura e com o consulado da Itália, em parceria com o Ver. Cecchim, a possibilidade de um monumento em homenagem à imigração italiana aqui no Rio Grande do Sul. Na verdade, nós fizemos uma parceria na qual o Cecchim vai fazer uma homenagem à imigração italiana em Porto Alegre na Praça Itália. Inclusive, ele tem um projeto de lei tramitando sobre esse tema, e eu construirei, juntamente com o consulado, um monumento em homenagem à imigração italiana no Estado, porque cada uma teve a sua importância num determinado momento histórico diferente. Então, destinei as emendas impositivas que serão colocadas em votação hoje, juntamente com as emendas impositivas às quais tenho direito de colocar no orçamento. Estou colocando, como se fossem as minhas palavras, e o dinheiro que eu tenho direito, naquilo que eu acredito. Os vereadores estão falando meias verdades para vocês, porque o dinheiro que eles têm direito, sem pedir para ninguém, eles colocaram em outros locais, e aquilo que eles falam que eles estão preocupados, eles estão querendo colocar nas emendas do orçamento do Município. Só para deixar claro aqui que existe essa distinção, e, muitas vezes, para tentar lacrar e tentar fazer parecer que o governo é mau, eles convenientemente esquecem de dizer para vocês que eles também tinham direito a colocar emendas impositivas no orçamento. Mas para tentar abocanhar um pedaço do orçamento sem comprometer aquilo que eles já têm, eles acabam colocando isso de maneira genérica no orçamento geral e omitem de vocês que eles têm direito a um orçamento próprio dentro do orçamento. Obrigado, “tamo junto”!

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Sossmeier, vereadoras, vereadores e público que nos assiste aqui na tribuna e pela TVCâmara. Está em discussão a Lei Orçamentária Anual. Então, vou fazer alguns registros para quem acompanha, para entender um pouco melhor os números, pois o nosso projeto de lei orçamentária tem despesas e receitas fixadas em R\$ 11,688 bilhões. As principais receitas são R\$ 3,99 bilhões em tributos e R\$ 3,744 bilhões em transferências correntes. Dito isso, essa LOA, como é a sigla, em consonância com o Plano Plurianual

2022-2025 e as leis de responsabilidade fiscal priorizam a área social com investimentos estimados em R\$ 5 bilhões, aumento de 5% em relação à proposta do ano anterior. Serviços públicos que englobam os grandes investimentos em zeladoria da cidade também tiveram um orçamento inicial de R\$ 2,29 bilhões, um incremento de 17,46%; a causa animal, um incremento de 20,86%, totalizando R\$ 7 milhões para 2024, considerando todos os programas e políticas públicas já implementados. Gastos com saúde e educação são os percentuais constitucionais de 15% e 25%, respectivamente. Foram destinados 17,5% em ações de serviços públicos de saúde e 25,2% para a manutenção e desenvolvimento de ensino. Investimento de R\$ 537 milhões em operações de crédito, e aí vai todo esse orçamento. A gente vai ainda falar de despesas. As maiores despesas da proposta orçamentária de 2024 são pessoal e encargos sociais, totalizando R\$ 5,408 bilhões, seguidas de custeio de serviços, R\$ 4,584 bilhões; e investimentos de R\$ 852 milhões. E, pelo terceiro ano consecutivo, o orçamento do Município conterà uma reserva específica para execução de demandas solicitadas pelo Orçamento Participativo, com ampliação para R\$ 20 milhões, frente a R\$ 15 milhões em 2023, e R\$ 10 milhões em 2022.

Sobre as emendas, sobre o orçamento, nós, vereadores, temos as emendas impositivas, que nós devemos trabalhar o orçamento para aquelas rubricas que nós entendemos que devem receber alguma destinação. E eu, das minhas emendas impositivas, destinei para educação infantil, animais, saúde, que são hospitais filantrópicos, e entidades de assistência social, que serão para os especiais. Isso aí nós ampliamos e transferimos o nosso R\$ 1,570 milhão, que temos direito a trabalhar nas emendas impositivas. Todos os vereadores têm esse valor para trabalhar em transferências para aqueles trabalhos que têm de acordo com os seus coletivos, de acordo com suas propostas de trabalho.

Também quero falar de uma emenda que me deixou, assim, não é decepcionada... Se eu passo R\$ 650 mil para animais, tem um vereador que me apresentou um destaque de R\$ 300 mil para retirar da causa animal. A causa animal é uma questão de saúde pública, precisa de prevenção e de controle de natalidade. Nós temos as zoonoses, que são a leishmaniose, transmissível aos humanos; a esporotricose, que campeia por aí, ainda mais que ocorre em gatos, que tu não enxergas, mas que, às vezes, estão escondidos, e isso também é transmissível aos humanos, precisa de tratamento preventivo. Nós temos uma grande demanda de chamadas de animais abandonados, de animais em estado emergencial para se atender. Como que um vereador vai tirar R\$ 300 mil? Eu peço a esse vereador que retire esse destaque, no total é R\$ 1,8 milhão, que se atenha às emendas impositivas, porque são as emendas impositivas que nós devemos trabalhar em conjunto, não abrindo exceções para quem quer que seja, para ainda alterar o programa de governo. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier; vereadoras, vereadores; povo que nos dá a honra e acompanha os nossos trabalhos, telespectadores da TVCâmara, a peça orçamentária é sempre complexa e ela também sempre traduz o viés ideológico do governo que a apresenta, e, por óbvio, esta peça orçamentária traz uma visão privatista, liberaloide de direita, como é o governo que a elaborou. Mas as emendas que são apresentadas, são emendas que procuram, na visão dos partidos, das vereadoras, dos vereadores, aprimorar, melhorar naquilo que é possível ainda, o orçamento, cujo grande problema, o maior problema, é o fato de que ele é diminuído, Ver. Fran Rodrigues, por vontade do próprio Executivo. Quem é que cria as isenções? Quem isentou a Fraport de pagar os tributos municipais, Ver. Oliboni, a multinacional bilionária alemã, dona de mais de 100 aeroportos? O governo. Então, o orçamento está diminuído por conta do Executivo municipal, bastante diminuído em relação ao que poderia ser. Há emendas, e eu não vou destacar todas, apenas dizer que há emendas que são de fato importantes, eu acho que boa parte delas é. As emendas da Ver.^a Karen Santos são muito boas, muito boas, eu olhei todas, uma por uma, e gostei de todas. Eu gostei muito da Emenda nº 867 da Ver.^a Mari Pimentel, vai ter nosso apoio, e da Emenda nº 599, que é do Ver. Culau. Tem muitas emendas aqui, não dá para falar em todas, que são realmente emendas que fazem diferença, melhoram a peça orçamentária, deixam Porto Alegre um pouco melhor do que ficaria com o orçamento original, sem qualquer emenda. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Hamilton, colegas vereadoras, vereadores, estamos chegando quase ao final do ano, mais um ano que se passa, e, como sempre, nas casas legislativas, a pressa, a pressão, o atropelo para debater o orçamento público. Quando aqui se introduziu a discussão das emendas impositivas, eu era vereador, eu votei contra. Hoje elas se consolidaram, e eu fiz as minhas emendas impositivas, minhas em termos, do povo, porque o dinheiro é da população. Na área da saúde fui diretamente à secretaria para saber onde havia as grandes necessidades, pautei minhas emendas por essa questão. O restante da verba, dediquei a maior parte para a questão da cultura, da mesma forma falei com o secretário, como falei com coordenador do livro; enfim, onde falta dinheiro é na cultura, isso não tenha dúvida, mas eu escolhi os lugares onde achava, com a secretaria, que havia necessidades. Eu poderia, a partir disso, desenvolver um trabalho militante, legislativo, de articulações. Eu tenho mantido a minha posição de não fazer emendas, nem na LDO, nem na lei orçamentária. Como disse o Ver. Pedro Ruas, é uma escolha, uma escolha política e ideológica, Pedro Ruas, de quem governa. Eu opto por não fazer emendas e fiscalizar o orçamento, ou seja, eu faço que o meu papel de fiscalizador da coisa pública seja efetivado no cotidiano, no dia a dia, para saber se a dotação orçamentária está sendo efetivamente cumprida, segundo a lei orçamentária que esse Executivo envia ao nosso Legislativo. Eu acho que essa postura é

a mais correta de vereadores, sejam de situação ou de oposição, para acompanhar a gestão pública. Eu também não só acompanho a gestão, a organização, o cotidiano, mas também penso na governança e isso não se expressa em um orçamento. A governança se expressa nas ações, no imbricamento de possíveis verbas orçamentárias, na postura dos governos. Vejo que se discute o orçamento e, quando chega uma pequena exposição de motivos, na parte mais introdutória, teórica, é o mesmo tipo de discurso, as mesmas linhas que eu leio nos últimos 15 anos, 20 anos aqui, a mesma e absoluta coisa, e nada muda. Nós temos que discutir um outro mecanismo de governo. Aqui, antes, um vereador se referiu a essa mixórdia de dinheiro que vai para o Orçamento Participativo. Eu acho que o Orçamento Participativo está morto; está morto. Há ilusões, inclusive no meu campo político, há profundas ilusões. O pessoal vai, se esborracha, leva pessoas, se mobiliza para receber merrecas, ninharia. Eu prefiro circular pela cidade, levantar os problemas cotidianos e dar pressão nos órgãos públicos. Nessas ações cotidianas, eu não desdenho a participação popular, porque eu busco a associação de moradores, eu busco os movimentos sociais para trazerem ao meu mandato, ao meu cotidiano as verdadeiras necessidades. Isso porque eu não quero iludir pessoas, levando-as às reuniões do Orçamento Participativo para receber menos do que qualquer pressão que eu faça por associação A, B, C ou D. Vamos jogar limpo e claramente sobre essa questão. A governança de Porto Alegre enterrou, ou melhor, a gestão de Porto Alegre enterrou o Orçamento Participativo. Eu luto por uma governança em que tenha o OP como princípio básico e a mobilização popular como outro princípio fundamental. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui e, principalmente, diretoras de escolas e educadoras, quem garante o futuro da nossa cidade. Estamos aqui diante de um dia muito importante para a educação de Porto Alegre. É o dia em que nós dizemos que valorizamos a educação ou o dia em que damos as costas para a educação; é o dia em que acreditamos na condução e na palavra do Executivo municipal ou o dia em que eles criam uma narrativa para calar e, depois, dão aquela rasteira. Por isso, eu estendo aqui o microfone de apartes para o líder do governo, para o secretário de educação ou para qualquer outro líder do governo que se sinta à vontade de firmar o acordo que se tem debatido com a educação. Mas esse debate nunca foi transparente; esse debate, muitas vezes, é para não se expor; mas a gente sabe que, no apagar das luzes, é quando se sai da mesa de debate e é quando quem está lá com as crianças, quem está lá sem recursos, quem está lá sem valorização é que fica sozinho. Essa é a realidade que hoje a gente não quer ver acontecer em Porto Alegre; por isso, eu reforço: nós temos uma emenda, estamos já com o apoio de vereadores da oposição, temos vereadores votando favoravelmente, foi encaminhado de forma favorável aqui por alguns vereadores, e nós precisamos de um comprometimento do governo, se eles irão

executar a valorização da educação infantil no Município de Porto Alegre. Só 20% dos profissionais da educação infantil têm pedagogia, e a gente quer que seja realidade eles ganhando salários de pedagogia, se formando, tendo um recurso necessário para fazer a educação infantil, seja quem já está no magistério e está fazendo essa transformação profissional, ou seja quem já tem e que, no mínimo, deveria estar recebendo o seu valor correspondente.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mari, queria cumprimentá-la, dizer que temos acompanhado conjuntamente, principalmente nas comissões de finanças e de educação. Esse é um tema gravíssimo, não só deste Município, e, realmente, não há falta de recurso financeiro. Nós precisamos ter essa vontade de grafar no orçamento que o dinheiro vai para as conveniadas para pagar o piso no básico. O governo precisa ter essa sensibilidade. São mais de 80% das matrículas. Então, eu queria só fazer um apelo conjunto: nós precisamos aprovar essa emenda. A educação não pode mais esperar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Para comprar R\$ 47 milhões do empresário Jailson em um sistema de cartel, esta Prefeitura comprou rápido, em questões de meses: despachos de secretários, recebimento de secretários... Para aprovar R\$ 40 milhões de exoneração fiscal para cartão de crédito, nós votamos sem os vereadores, no mínimo, debaterem. Esta é a política de Porto Alegre: é quando a valorização de quem está realmente fazendo um trabalho por Porto Alegre não acontece, e é quando o Executivo direciona as vantagens para os amigos. É isso que a gente não deve fazer quando realmente se quer uma cidade do futuro, uma cidade que valorize as suas quase 30 mil crianças que estão na mão de vocês, nossas professoras, nossas pedagogas, nossas profissionais que estão atuando no dia a dia.

Por isso eu reforço aqui: nós estaremos encaminhando, falando e debatendo esse assunto inúmeras vezes. Temos o secretário municipal de educação aqui; na vontade de tirar mereceu uma investigação, nós vemos muito vontade, mas, na hora de se comprometer com a educação, nós vemos que ninguém vem aqui debater. Gostaríamos desse comprometimento, com todos os vereadores da base, para que isso não volte a ser peça depois, no ano da eleição. Aí sim nós vamos lembrar quem defendeu a educação e quem só defende a educação por ocasião. Muito obrigada, vereadores.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, caros vereadores, vereadoras, público que nos assiste, que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara, nós estamos discutindo a nossa cidade, o futuro da nossa cidade e os recursos da nossa cidade. Aonde a arrecadação feita vai ser aplicada? Eu

apresentei algumas emendas, e o governo Melo, através do líder, nosso colega, Ver. Cecchim, fez destaques em algumas das nossas emendas.

Eu queria registrar aqui e chamar atenção dos nobres pares, que as emendas versam sobre a necessidade e a vida real do povo de Porto Alegre. Ou seja, as mesmas, Ver.^a Lourdes, as mesmas emendas aqui apresentadas por mim, qualquer um, qualquer uma de vocês poderia ter apresentado, inclusive, o próprio Cecchim, o próprio líder do governo, por quê? Essas emendas dizem respeito às demandas sentidas, às necessidades sentidas do povo de Porto Alegre. As emendas, portanto, que nós apresentamos, destinam os recursos – e eu quero chamar atenção do secretário Zé Paulo – para a educação infantil. Afinal, este é um gargalo da nossa cidade. Doze mil vagas faltantes no Município, e o secretário Zé Paulo me chamou a ajudar. Esta é uma forma concreta, objetiva para ajudar, secretário Zé Paulo, que está aqui hoje, e eu considero que ele veio até aqui, inclusive, para apoiar essa emenda que eu apresentei. Certo! Precisa da vaga, ele concorda que precisa, então vamos ajudar a concretizar esse feito. Portanto, eu pergunto aqui ao governo: o que é mais importante? É a solução para as vagas nas creches ou é fazer campanha publicitária? Porque foi exatamente da publicidade do governo que a gente retirou. Então, eu agradeço à CEFOR, Ver.^a Mari, que entendeu isso, porque, afinal de contas, nós estamos todo dia falando desta necessidade sentida das mulheres da nossa cidade, mas especialmente das crianças da nossa cidade.

A outra emenda destacada é para educação especial. Aqui a gente viu hoje, na Tribuna Popular, se referindo a essa necessidade das crianças autistas, as escolas têm demandado e solicitado o tempo inteiro um efetivo maior, mais recursos para atender as crianças em educação especial. Afinal de contas, a concepção de direcionar mais recursos para a educação especial, elas precisam para ser efetivada desses recursos. Essa pauta precisa também ser fundamentada e enfrentada por todos nós, por todas nós, é nesse sentido, Ver. Cecchim, que eu, inclusive, sentei ao seu lado para a sensibilidade de emendas tão importantes no sentido de ajudar a uma crítica que eu faço cada vez que eu subo aqui. Está bom, então vamos apresentar a solução, e esta é a solução, as outras emendas que nós destacamos diz respeito às mulheres, à pobreza menstrual, à falta de dignidade menstrual na nossa cidade, que tem contado com vários organismos que fazem campanhas, arrecadando absorventes, apesar que esta Casa aprovou um projeto para o Executivo aplicar e não foi aplicado até agora. Pois bem, nós oferecemos emenda também para a questão da dignidade menstrual. É aviltante, portanto, os recursos destinados à saúde da mulher. Eu não sei se vocês já se deram conta, mas a morte por câncer de mama no Brasil, o Rio Grande do Sul está em primeiro lugar; isso nos dói, não é, Ver.^a Mônica? Eu perguntava por que isso acontece para o secretário da Saúde, e qual foi a resposta? Falta de equipamento para fazer os exames com prevenção para que se descubra antes, que se ataque antes e não deixe tantas mulheres morrerem de câncer de mama, de câncer ginecológico porque não conseguem fazer os seus exames. Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, dizendo e fazendo um apelo ao governo: é importante, mesmo para o governo Melo, promover essa transformação dos espaços que nós temos na nossa cidade, desses espaços urbanos que, por vezes, é ignorado. E nós não vimos, no Orçamento apresentado

para nós, a valorização – e que não segregue – das nossas crianças, nossos jovens, as mulheres, negros e negras, público LGBT – nós não enxergamos dentro do Orçamento apresentado. A LOA precisa mostrar aqui o respeito pela nossa população, o cuidado com a nossa população.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Para concluir, vereadora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Isso é dever do poder público e cabe a nós, vereadores e vereadoras, termos a consciência de que Porto Alegre tem condição de atender a nossa gente. O que precisa é de uma decisão política. Política, Gil! Política, Zé Paulo! Vocês que estão secretários, o Cassio, o Schirmer – está aqui boa parte do secretariado –, olhem, portanto, para as emendas que nós estamos apresentando, olhem o quanto nós estamos demonstrando a responsabilidade para com a nossa gente. Eu espero que vocês olhem e votem positivamente nas emendas apresentadas. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Matheus Xavier está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR MATHEUS XAVIER (PSDB): Obrigado, Presidente. É uma alegria estar aqui assumindo como vereador na semana mais importante do ano legislativo. E é uma alegria estar aqui neste momento tão importante, porque, depois de muitos anos, o bairro Cristal vai ter um representante nas discussões do orçamento. Eu fico feliz de falar isso na presença de três conselheiros do Orçamento Participativo da minha região. Eu queria dar uma saudação ao Paulo Russo, ao Leonardo e à Jurema, que estavam aqui também no plenário. E dizer que, depois de muitos anos, o bairro Cristal vai ter voz e vai ter representante morador do bairro na discussão do orçamento de 2024. Era isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Nós estamos discutindo hoje à tarde a peça orçamentária. Estão sendo destinados R\$ 11,688 bilhões – eu falei R\$ 11 bilhões! Para onde estão indo esses R\$ 11 bilhões? Ao ler a peça orçamentária, muitos dos vereadores e vereadoras não conseguem enxergar inúmeros programas importantes aqui na cidade. Vou dar exemplo de um deles: o programa Minha Casa, Minha Vida, que é do governo federal, contemplou aqui em Porto Alegre, para o próximo ano, seis grandes empreendimentos. E o governo municipal, na peça orçamentária, destinou quanto para onde? Não tem nada. Nós não vimos nada! O governo municipal se comprometeu, no ano passado, de construir este ano dez unidades

de saúde com o empréstimo que nós aprovamos aqui do BIRD. Nós estamos chegando no final do ano e, até agora, nada! O que está na peça orçamentária para construção de novas unidades de saúde? Nada. Como a gente pode garantir que o governo municipal está preocupado, por exemplo, com a saúde dos porto-alegrenses? É quando se percebe que, ao tentar acessar uma consulta, uma unidade de saúde, se tem uma certa dificuldade, porque, para o prosseguimento do tratamento, quando pede um especialista ou uma cirurgia, espera-se dois anos. E os serviços contratualizados pelo governo – porque não tem hospitais públicos, só tem o HPS e o HPV, a maior parte dos serviços são contratualizados – cobram caro para fazer o procedimento, o governo municipal não contratualiza esse serviço e não oferece pelo Sistema Único de Saúde, mas aí não se vê ampliação de recurso para esse atendimento – essa é a primeira questão. Inúmeros programas! Aí nós vamos olhar aqui para o servidor público que pede apenas a reposição através de uma emenda, e o governo sempre veta a emenda, sempre veta a emenda, e o servidor público continua tendo perdas e perdas, ano após ano. Não é diferente na educação infantil, um déficit de mais de 10 mil vagas e governo oferece mil vagas! Os trabalhadores, os servidores, em tese, das instituições parceirizadas – aqui tem uma emenda da Mari Pimentel – estão solicitando um recurso para que complemente uma discussão que está sendo feita com o governo pela entidade, pela entidade que ora trabalha com essa possibilidade de convencer o governo para ampliar o recurso para a educação infantil. Por que não contemplar? Por que não aprovar? E o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo, o governo fala abertamente que é a favor da democracia participativa, viaja para outros estados, outros países, falando bem da democracia participativa. E o que ele faz? No ano passado, R\$ 15 milhões, este ano, R\$ 20 milhões. O senhor sabe quanto, lá no governo Tarso Genro, nós investimos? Ou no próprio governo José Fogaça, quanto investia? O governo Tarso Genro investiu 13,6% da peça orçamentária – isso significava, na época, R\$ 151 milhões. O próprio governo deles, governo José Fogaça, naquela ocasião, reduziu um pouco, 11,2%, mas representava R\$ 300 milhões. O governo atual coloca R\$ 20 milhões na peça orçamentária. Apresentei aqui uma emenda colocando só R\$ 9 milhões a mais – está vetada! Pedi destaque para saber se o governo dialoga com a população ou é um discurso vazio para grego ver. É isto que nós temos que ver aqui: o pobre não se enxerga na peça orçamentária; não é uma peça orçamentária para todos! Este governo para todos é uma mentira, é uma *fake news*, porque o que se enxerga aqui é realmente mais do que uma balela, é algo que não representa a realidade da cidade, porque nós temos inúmeros programas que aqui infelizmente não se enxerga e não são contemplados. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pelas redes sociais também, pegamos uma das mais importantes votações não só do ano,

mas também da própria atividade parlamentar, uma das votações mais importantes de toda atividade parlamentar é o orçamento, que é uma construção, uma proposição de um dos Poderes da República e culmina nesta Casa com os 36 vereadores, vereadoras, fazendo o seu papel de fiscalização, de se debruçar sobre o orçamento e fazer tramitar nesta colenda Câmara. Então, penso que não se possam fazer emendas comuns, nesse sentido não vejo problemas que a minha colega da CEFOR, a Ver.^a Mari Pimentel, a partir de reuniões conjuntas, a partir de identificação de uma demanda do setor de educação, tenha legitimidade para fazer esta emenda, o plenário que vote, o plenário que delibere quais as prioridades. É bem verdade que as emendas não são consenso entre os teóricos liberais, alguns acham que não deve haver emendas parlamentares, a peça vem do Executivo e aí se delibera, fazem os ajustes, mas, no fim e ao cabo, as emendas podem acabar virando como acontece em Brasília, as emendas acabam virando capital político, acabam virando uma troca de apoio político. Mas é legítimo que, dado o contexto que nós temos em Porto Alegre, se façam emendas comuns, é a da democracia. Posso concordar, posso discordar, aliás, na educação, em Porto Alegre, há uma discrepância muito grande entre o custo da educação estatal e o custo da educação das parceirizada, aliás precisaríamos abrir essa caixa preta e veríamos que as parceirizadas estão muito mais tangíveis ao orçamento do que, muitas vezes, as EMEIs que acabam virando apenas para inglês ver. Mas esse não é o meu ponto, o meu ponto é que as emendas podem e devem ser entregues, seja a emenda comum, seja a emenda impositiva de cada parlamentar podem e devem ter benefício na ponta. Nesse sentido, nós, do partido NOVO, não só nesta Câmara, mas em outros parlamentos municipais, estaduais e no federal fazemos processo seletivo aberto, editais, onde pessoas, grupos, entidades podem sugerir, para as nossas emendas, aplicações, mesmo que embora não sejam parte nosso, digamos assim, público, nosso nicho eleitoral. E nesse sentido, eu exemplifico a alegria que tive de ir à Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco Neves e Arredores, que submeteram o seu projeto no meu edital de emendas, cumpriram os requisitos, passaram pelo certame que o meu gabinete avaliou com critérios técnicos, foram contemplados. Fui lá visitá-los, todos sabem que eu não moro na Vila Tronco, todos sabem que a Vila Tronco não é, *a priori*, um nicho eleitoral meu, mas tive a alegria de ir lá conhecer a partir de um edital técnico, um edital democrático que visou democratizar o acesso, ao menos, ao pleito dessas emendas. Para os próximos anos, ou se mais colegas quiserem saber ou aplicar o edital, quero dizer que é uma medida muito importante, muitas gratas surpresas aparecem. E repito: com muita alegria e com muita honra, pude conhecer a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco Neves e Arredores, inclusive tem uma escola parceirizada, um contraturno maravilhoso, a quem deixo o meu abraço. Então aqueles e aquelas aí que quiserem também abrir, democratizar o acesso às suas emendas, como faz o partido NOVO, então, que assim o façam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23, nosso ex-Presidente, sempre Presidente desta Casa.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ex-Presidente não tem privilégio nenhum. Hoje é um dia importante, como diz uma vereadora aí, a vereadora que nunca passou na frente de uma escola pública na vida toda, começou agora porque um assessor de *marketing* dela disse: “Olha, pega a educação, porque isso é um cavalo de batalha.” Mas eu vejo aqui, só para terem uma ideia de como existe aquela ave que põe o ovo no ninho dos outros, é uma ave que não faz um ninho, ela espera os ovos postos por outro nascerem, aí vai lá e usa o ninho da outra ave. O que acontece aqui é muito disso hoje. Muito! A Ver.^a Biga, por exemplo, bem educada tentou atingir o coração do velhinho aqui. Não depende de mim, vereadora, mas é uma tentativa inteligente e educada. Eu vejo algumas rejeições da relatora, por exemplo, do Ver. Adeli Sell, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. José Freitas, da Ver.^a Karen Santos, do Ver. Márcio Bins Ely, da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino – todas rejeitadas. Tem só duas aprovadas pela relatora, que são da Ver.^a Biga Pereira – ó, vereadora, a senhora está bem com a relatora – e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, também aprovada pela relatora-geral. Todos as outras foram rejeitadas. Vejam qual é a particularidade disto: a relatora-geral colocou como sua emenda R\$ 24,4 milhões e negou para todos os outros da oposição. Por isso que um membro da oposição me disse: “Bom, o nosso acerto com a Ver.^a Mari vai até amanhã, às 8h; depois da votação da CPI, depois acabou.” O Ver. Tiago, para fazer justiça, sempre disse que não tem nada que ver com a esquerda, nem gosta da esquerda. Esse outro namoro termina amanhã, às 8h. Amanhã, às 8h acaba. E só para vocês terem uma ideia, na educação, por exemplo, Ver.^a Biga, tem R\$ 35 milhões para o ensino da educação infantil para as conveniadas. E me parece que a Sra. Vereadora, essa que reclama muito de educação, não sabe que, no ano que vem, as educadoras – parece-me que se chamam educadoras populares, uma coisa assim – serão professoras a partir do ano que vem e receberão bem mais, mas não porque a vereadora pediu! Não foi porque a vereadora pediu, ela embarcou no ninho dos outro – embarcou no ninho dos outros, Ver. Freitas. Isso é uma decisão judicial, ela vem aqui inventar emendas que é para ajudar as crianças, para ajudar as professoras, não é – não é! –, isso já está decidido! Isso já está decidindo, Ver. Cassiá.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Idenir Cecchim, eu gostaria de reforçar aqui que a emenda foi construída com os vereadores da CEFOR e da CECE, presentes aqui, vereadores até outros que não faziam parte da comissão, numa reunião ampla e com toda a comunidade das escolas conveniadas e parceirizadas. Por eu ser relatora, eu tinha mais liberdade de espaço de tempo para conseguir protocolar. Com relação aos vereadores da base, eu entendo, e nós entendemos que existe espaço no orçamento, que já está sendo negociado pela Prefeitura, na receita subestimada na qual já está contemplada a negociação do prefeito com os vereadores da base em cima de um orçamento onde existe margem de receita. Dado isso, eu tenho certeza que eu respondi os teus questionamentos com nível técnico, sem ataques pessoais e com o que a gente precisa trazer, que é esse

debate continuando sendo em cima de Porto Alegre e não em cima de uma pessoa. Obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Como sempre, justificativas dissimuladas, como é do seu feitio – como é do seu feitio! Justificativas dissimuladas. Imagine só, Ver. Cassiá, que conseguiram tirar da publicidade R\$ 25 milhões, e só tem R\$ 20 milhões no orçamento! Imagina, que coerência é essa? Que coerência é essa? Mas vamos fazer as votações, vamos manter aquilo que é possível – aquilo que é possível – e votar “sim” ou “não”, mas nós vamos votar sem botar ovo no ninho dos outros! Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, eu estava ouvindo o líder do governo falar tanto em ovo aqui, que deve ter virado granjeiro, só que o povo não vai comer esses ovos que ele fala. A população vai ficar sem recurso na educação, sem recurso na saúde, porque o Cezar Schirmer, com sua Secretaria de Planejamento, está aumentando cinco vezes o recurso – imagina, foi para R\$ 122 milhões! É a secretaria dos lagartos, porque comeram todos os ovos de que ele está falando. Eu fico preocupado, porque a população de Porto Alegre pede recurso público para áreas nevrálgicas, e não tem. Veja só, a Secretaria de Parcerias foi de R\$ 7 milhões para R\$ 14 milhões. Isso é um escândalo! Mas que tanta sede, que tanta fome tem esse povo lá das privatizações? Já não basta entregar o patrimônio da Carris a preço de banana, e agora mais dinheiro do orçamento vai faltar. Vagas à educação infantil vão continuar faltando, faltam 19 mil vagas nesta cidade, 19 mil crianças sem acesso à escola, por quê? Porque o amigo do Cecchim aqui, o secretário Schirmer, vai levar R\$ 122 milhões para a sua pasta, amigo do Sebastião. Inclusive, é bom lembrar que o Sebastião Melo aumentou os salários dos secretários para o Cezar Schirmer virar secretário, para os secretários ganharem mais do que os vereadores, senão ele não iria para lá, ele estaria aqui. Ele desocupou o banco e chegou o Pablo Melo aqui que, pelo destino, é filho do prefeito também. E aí, para eles, têm orçamento, para aumentar a roldão o salário de secretário, algo que eu nunca tinha visto, isso é um escândalo! No meio da legislatura, aumentar o salário de secretário, mas que barbada ser secretário aqui! Mas é uma felicidade enorme! E outra: têm secretários que não entregam, que só simulam, não entregam. O secretário da Saúde, até agora, não pagou o piso para todo mundo, não pagou o piso da enfermagem.

Eu fico perguntando: nós temos aqui uma emenda que é fundamental, a Emenda nº 35/23. São cinco anos de arrocho salarial na categoria dos servidores públicos, gente. Quem faz educação, saúde, saneamento, habitação, assistência, o pessoal que está trabalhando, na labuta, com o salário corroído, mais de 30%. O que custa aplicar essa emenda aqui e garantir àqueles que têm um salário defasado? Aí, para os secretários, saltou de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil. Para os servidores públicos, não tem nada! Aí não dá

para aguentar, e eles não querem sequer aprovar a emenda. Vieram aqui, encheram a boca e disseram: “Nós não vamos aprovar, nós vamos recusar tudo, mesmo com destaque” – aqui não é Parlamento, aqui é um puxadinho do Sebastião. Nós temos ou não temos autonomia para propor mudanças no orçamento para aquilo que a gente acredita? Olha, quem não acredita no servidor público, com certeza, vai votar contra essa emenda. Quem não acredita que o médico é importante, o enfermeiro, a técnica, o trabalhador do saneamento, o gari, o trabalhador da segurança, os guardas municipais – que estão com arroxos também. Toda essa turma vai ser contemplada com essa emenda que é fundamental, gente. E nós estamos falando aqui de recomposição pequena, é inflacionária, não é aumento. Os secretários ganharam aumento, de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil. Os servidores públicos estão pedindo o que está na Lei Orgânica, que é a recomposição salarial frente à inflação. Falta, gente, hombridade. Eu não acredito que vocês vão, depois, ficar mandando pedido de providência para os servidores públicos, pedindo para consertar buraco, para ajeitar vazamento de água e de esgoto. Tem gente que tira foto em cima das patrôas, tem gente que tira foto em cima das patrôas como se fosse o rei e a rainha das patrôas, mas aí na hora de valorizar quem dirige a patrôa, não, aí não vota junto pelo funcionalismo. Mas está lá nas patrôas, pendurado, aí é bonito, não é? Tira foto, bota no Instagram. Eu acho incrível, nós temos que separar isso, gente. Parlamentar não é secretário, não é prefeito, não existe aqui subprefeitos que andam por aí tapando buraco. Eu vejo gente tirar foto e dizer: “Esse buraco eu tapei”. Ah, tapou, cadê a foto contigo tapando? Não, só chega depois que o servidor público tapou e fez. Esses que nós temos que valorizar, os trabalhadores da educação, da saúde, do saneamento, da limpeza urbana; os trabalhadores da Secretaria de Obras, gente. Que isso? Assistência social, o pessoal está lá cuidando dos atingidos pela enchente, aí olha no final do mês seu contracheque: corrosão salarial. Não dá, vamos olhar um pouquinho para longe do nosso umbigo, não é olhar só para nós. Secretários ganharam aumento. Secretários, façam uma conversa com os vereadores de vocês, dos partidos de vocês, apoiar os servidores que estão com vocês na secretaria. Não adianta os secretários ficarem cumprimentando os servidores: “Oi, legal, bacana, está aqui o meu de R\$ 19 mil e o de vocês está defasado mais de 30%.” Tem que mudar isso, gente. Ou é para todos... Não pode ser para alguns, para uma meia dúzia. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos debates nesta tarde em que começamos a discutir a lei do orçamento para o nosso Município em 2024. A Lei Orçamentária Anual é uma das mais importantes leis do Município, eu diria que ela só fica abaixo da nossa Lei Orgânica, que seria a Constituição Municipal, e da lei do nosso Plano Diretor. Mas essa lei do orçamento é feita todos os anos, votada todos os anos, e o que não estiver previsto na Lei Orçamentária Anual não pode ser empenhado. Não há possibilidade de desenvolvimento

de qualquer tipo de programa que não esteja especificado na lei do orçamento, por isso ela é tão séria, porque ela engessa os gastos da Prefeitura ao longo de todo o próximo ano, e não podem ser alocados recursos naquelas atividades que não estão previstas nessa lei. Por isso, a responsabilidade enorme que nós temos em votar projeções financeiras futuras para o Município de Porto Alegre, e o que não estiver especificado não poderá ser gasto. Essa é a grande sensibilidade do momento em que estamos vivendo e iniciando agora. Obviamente quem está comandando o Executivo tem as suas diretrizes de governo e, por isso, propõe a sua Lei Orçamentária, mas o que cabe aos vereadores e vereadoras da capital dos gaúchos é ajustar esse processo, propondo emendas que permitam o deslocamento de recursos para outras atividades que a Prefeitura não se deu conta, não pensou, ou não quis executar. Essa é a questão. Boa parte de emendas muito boas, emendas excelentes, foram rejeitadas pela alegação de que faltarão recursos para outras atividades. E eu destaco aqui uma série de emendas feitas pela minha colega de bancada, Ver.^a Karen Santos, que, infelizmente, não está aqui para debater, pois está afastada por um problema de saúde, que retira recursos de publicidade do gabinete do prefeito. Será que o gabinete do prefeito precisa, no ano de 2024, de um grande montante de recursos para publicidade? Um ano de eleição, em que o prefeito vai tentar se reeleger, e isso é evidente, sendo que todas as secretarias também contam com recursos para publicidade. Se houver a necessidade de um programa de enfrentamento a alguma crise sanitária, a Secretaria Municipal de Saúde tem recursos para publicidade; se é para a área de educação ambiental, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade tem recursos para fazê-lo; se é necessária uma campanha para educação, a Secretaria Municipal de Educação tem verba publicitária para isso. Por isso, eu não vejo com maus olhos a destinação de recursos propostos pela Ver.^a Karen Santos, que desloca verba de publicidade do gabinete do prefeito para outras atividades sensíveis à nossa cidade.

Mas eu gostaria também de fazer um pequeno destaque no final da minha fala, Presidente Hamilton Sossmeier, porque no orçamento para o ano que vem também está colocada a destinação de recursos desta Casa Legislativa, com a proposição de deslocamento de recursos para a construção de um prédio anexo na Câmara de Vereadores, e a Ver.^a Karen Santos propôs cinco emendas, num total de R\$ 600 mil, destinando ou deslocando recursos da construção do anexo. Os nossos gabinetes são suficientes, são confortáveis, têm equipamentos modernos para que nós possamos desempenhar as nossas atividades. Acreditamos nós, como bancada do PSOL, que não há necessidade da construção de um anexo para deslocar os gabinetes dos vereadores para novas acomodações, as que nós temos são suficientes, dão conta do recado e são bem equipadas. Portanto, é um gasto desnecessário de recursos que podemos alocar em outras áreas, como cultura, como conscientização da população para pautas sensíveis, como, por exemplo, o combate à violência contra as mulheres, valorização da cultura popular, combate ao racismo, à discriminação – essas são pautas sensíveis, que merecem a nossa atenção, merecem deslocamento de recursos públicos. Agradeço a atenção de todos e todas, sigamos com o nosso processo de discussão. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): o Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, vários vereadores e vereadoras já se pronunciaram aqui, dizendo que esse é o projeto mais importante do ano. Eu tenho acordo com isso; agora, a primeira página que teria que vir aqui do prefeito municipal, do Executivo municipal, para que pudéssemos analisar e discutir, é o orçamento que foi aprovado no ano passado, para que nós pudéssemos olhar o quanto já foi realizado, porque isso é uma falha na peça orçamentária, para que possamos fazer essa discussão com mais clareza. O orçamento do Município este ano é de R\$ 11,6 bilhões; para investimento, está colocado aqui no orçamento em torno de R\$ 820 milhões, isso chega aproximadamente a 7% do orçamento para investimento. Quero confessar aqui que acho muito baixo esse valor para investimento. E aqui temos que fazer essa discussão geral. Dentro da discussão geral, vou pegar dois temas aqui que não tem nenhum vereador – quer dizer, alguns não falam – que hoje defenda contra o Orçamento Participativo, e tem muitos que já foram conselheiros do Orçamento Participativo, inclusive o colega que nos dá o prazer de assumir hoje, colega Matheus. Está previsto para o Orçamento Participativo em torno de R\$ 20 milhões. Vinte milhões são 17 regiões, mais cinco temáticas, isso dá menos de R\$ 1 milhão por cada região. O que se faz com menos de R\$ 1 milhão, para discutir entre as comunidades? É uma falácia o processo atual do Orçamento Participativo. Em 1996, na gestão do prefeito Raul Pont, foram destinados R\$ 196 milhões para discussão do Orçamento Participativo. Então, nessa proporção aqui e naquela época, o orçamento era de R\$ 4,5 bilhões, pouco mais de um terço do orçamento de hoje. Se na época foi R\$ 186 milhões, multiplica por três. Aqui era para estar nesse orçamento para o Orçamento Participativo. Os conselheiros e as conselheira que estão aí... A Zélia que eu conheço lá do Extremo-Sul, que reclama todos os dias para nós do alagamento da comunidade dela, não vai ter seu problema solucionado de novo pelo processo do Orçamento Participativo, porque teria que ter, Ver. Cecchim, em torno de R\$ 380 milhões para ser discutido no Orçamento Participativo, se fosse mantida a proporção que na época do prefeito Raul Pont, em 1996, existia. Foram R\$ 196 milhões em 1996. Cento e noventa e seis, Lourdes. Portanto, Lourdes, no momento em que a senhora vai defender, na Tristeza, o Orçamento Participativo, tem que defender recurso também, porque, na época, se decidia realmente a obra. Eu quero que me diga aqui qual estrada foi pavimentada por meio do Orçamento Participativo nesse último processo? Sabe quanto o Departamento Municipal de Água e Esgotos tem depositado em investimento? Quatrocentos milhões, mas falta água na Tristeza, falta água na Lomba, falta água na Hípica, falta água no Lami, falta água no Lageado, falta água na Serraria, falta água no Campo Novo, falta água no Vila Nova e eu poderia ficar aqui, José Freitas, toda a tarde dizendo todas as comunidades em que falta água, porque conheço como a palma da mão todas elas. A reclamação no verão chega não é só para mim, é para todos

os vereadores. Bom, por que não investir esses R\$ 400 milhões em projetos que resolvam... Ver.^a Lourdes, desculpe, não tinha te visto. Tenha a bondade.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, é muito bom nós termos este debate, o senhor como um grande conhecedor do OP, mas eu também quero lhe dizer que eu comecei nesses movimentos comunitários, no seu governo, combatendo a falta de prestação de contas, não a prestação, mas a realização do OP, na minha região. E, quando o governo Fogaça assumiu, eu lembro bem, mais de 50% das demandas não eram atendidas; então é fácil colocar R\$ 300 milhões e não pagar – me desculpa, viu? Essa era a realidade.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Ver.^a Lourdes, que seja verdadeiro o seu número; mas eram R\$ 196 milhões, hoje são R\$ 20 milhões. Se 50% não era atendido, agora, com R\$ 20 milhões, 90% não é atendido? Me explica isso. É a gestão atual? Pergunta para as comunidades – ali estão os conselheiros do OP – se as demandas que foram tiradas no ano passado já realizaram. Não realizaram nenhuma. E eu concluo a minha fala aqui dizendo que esse tema não dá para dizer que tem participação popular. O Orçamento Participativo tem um propósito, tem um objetivo, que é chamar a sociedade para a cogestão da aplicação dos recursos públicos naquilo que elas sentem maior necessidade para a destinação dos recursos.

Por último – e concluo aqui a minha fala – quero falar sobre a educação infantil. Sobre a educação infantil, é um fala, fala, fala, fala aqui, querem combater a emenda que a Mari apresentou, R\$ 15 milhões; mas a educação infantil no Município de Porto Alegre, que é constitucionalmente responsabilidade do Município, Ver. Márcio Bins Ely... Hoje, estão faltando 11 mil vagas para crianças de zero a seis anos. Onze mil vagas estão faltando. E onde está o investimento para que cumpra o papel? Não está aqui no orçamento; a Ver.^a Mari apresentou uma emenda que ajuda a qualificar a educação infantil, e o governo manda votar contra, então aí tem contradição explícita. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde, Presidente; boa tarde aos vereadores da Casa, às pessoas que estão na galeria, ao povo que nos escuta também. Hoje é um dia muito importante como tantos outros nesta Casa. Em uma das últimas vezes em que eu estive presente fazendo a substituição de um dos nossos vereadores, porque eu estou aqui sempre que necessário, nós estávamos debatendo o reajuste de salários que, como eu disse naquela vez na tribuna, já não eram salários baixos. Era o salário do secretário, do prefeito e de vereadores. Hoje a gente está debatendo um orçamento para a nossa cidade de Porto Alegre em 2024. Para alguns vereadores da Casa, o discurso de que alguns nunca conheceram uma escola pública, nunca pegaram um

transporte público, nunca foram a uma comunidade, até pode caber. Não conheço a vida de todos os vereadores daqui, até porque o meu papel é legislar pela cidade, e não ficar catando a vida dos vereadores. Mas, para mim, esse discurso não cabe, porque eu sou moradora de comunidade, como eu sempre ressalto aqui e vou ressaltar todas as vezes em que eu tiver nesta tribuna, porque nós nos utilizamos da nossa voz, Ver.^a Biga, como megafone, como a senhora tem dito aqui, e esse é o nosso papel. Se nós subimos na tribuna todas as vezes para apresentar problemas e, repetidamente, Ver. Giovani Culau, falar desses problemas, não é porque a gente gosta de falar deles todos os dias, mas é porque passaram três anos da gestão do governo Melo e esses problemas não foram solucionados. Aí podem atacar outros governos, falar de outros governos e blá-blá-blá, o governo Lula e tal, mas esse tipo de ataque também não serve para mim, porque nós entendemos a importância de investimento em políticas públicas para a nossa cidade. Outro elemento que eu quero trazer aqui: a gente tem visto diversas calamidades acontecerem no nosso País, principalmente na nossa cidade de Porto Alegre e nas comunidades que sofrem, por óbvio, com a crise climática que tem assolado a nossa sociedade, a qual é potencializada por conta do descaso das gestões na Prefeitura com as nossas comunidades. Eu poderia falar da Mariante, que é onde eu vivo e cujos problemas vivencio; não foi ninguém que me contou que lá alaga e que acontecem atrocidades com o nosso povo da comunidade. Não, eu estou presente na comunidade e eu vejo isso. Eu sei que não é a realidade de muitos vereadores aqui. E, óbvio que está chegando 2024 e há vereadores aqui que vão fazer questão de estar nas comunidades, pedindo apoio, mas eu estou lá diariamente, na comunidade, e tantas outras, porque quando acontecem esses problemas nas nossas cidades, as enchentes e tantos outros problemas que nós enfrentamos, nós fazemos trabalhos nessas comunidades de assessoria e de assistência a esse povo. Mas nós não podemos tirar a responsabilidade do governo, que é o que muitos vereadores sobem aqui na tribuna e tentam tirar a responsabilidade do governo. Precisamos perguntar: e tu, vereador, o que tu fizeste? Nós temos muito trabalho, nós temos feito muito trabalho. Mas hoje nós estamos aqui para falar do Orçamento e das emendas que são de extrema importância. Eu estava analisando algumas emendas, principalmente as emendas também da Ver.^a Karen, e vi uma emenda ali que eu conversei com o Ver. Culau, porque me chamou muita atenção que são emendas importantes que visam investimento em políticas públicas de defesa à proteção à vida da população LGBT, das mulheres e do povo negro que têm problemas nesta cidade, esses são aqueles e aquelas que sofrem ainda mais com o descaso dos governos. E vejo aqui que tem uma redução, vereador, drástica, em políticas públicas para a população negra, que corta o investimento de R\$ 451 mil para R\$ 226, pela metade. Ou seja, mais uma vez, a gente vê que há uma gestão e um governo que não tem pretensão no combate ao racismo na capital, onde existe o maior registro de casos de racismo na nossa Delegacia de Combate à Intolerância. Então, para encaminhar, pedi mais um tempo para o Presidente da Mesa. Não é possível que subam vereadores à tribuna, dizendo que a nossa cidade está avançando! Só se for, Ver. Jonas Reis, avançando para o fundo do poço! Porque nós estamos presenciando pessoas indo embora de Porto Alegre, porque a privatização é a principal pauta dessa gestão. Investimento onde não precisava,

e eu gostei muito das emendas que dizem para tirar do gabinete do prefeito e investir em políticas públicas para o nosso povo! Porque, se a gente tem amor a lutar para o nosso povo, não dá para ficar visando política para fazer dinheiro! Não dá para fazer política desse jeito. Ou a gente faz porque nós somos ativistas e acreditamos no que estamos fazendo de melhoria na vida do nosso povo, ou a gente faz esses debates aqui de enxertar dinheiro cada vez mais em secretarias que não trazem melhorias para o nosso povo de forma concreta. Então as emendas que eu destaquei ali foram as emendas da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Giovani Culau que são de extrema importância para o nosso povo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Inicialmente, eu quero fazer uma reflexão a respeito de um avanço importante que esta Casa deliberou e aprovou com uma política pública de contribuição à construção orçamentária a partir das emendas impositivas. Eu acho que com este novo cenário nós passamos a ter um regramento mais claro a respeito das iniciativas que o Legislativo vem contribuindo ao orçamento que passam a ter este percentual, digamos assim, obrigatório. Anterior à legislação que inscreveu as emendas impositivas ao orçamento, nós fazíamos emendas, mas nem sempre elas eram pagas, muitas vezes elas eram pagas pelo governo, mas não era, digamos assim, uma política pública que pudesse representar uma continuidade na construção de um orçamento mais democrático que se estabelece a partir da contribuição do Legislativo com as emendas impositivas. Entendo e acredito que acertado que 50% das emendas sejam destinadas à saúde, e trago à reflexão aqui da dificuldade que, muitas vezes, nos impõe a burocracia e o não pagamento de algumas emendas impositivas. Gostaria de destacar aqui que a gente percebe que inúmeras são as justificativas para que as emendas impositivas algumas vezes não sejam pagas, dentre elas, inclusive, a dificuldade documental das próprias entidades, o que, talvez, através da legislação, seja de difícil superação. A própria Ver.^a Tanise fez um projeto que visa o resgate das emendas não pagas ou das emendas que não se materializaram. Mas uma maneira de nós enfrentarmos essa situação – e aí nós teríamos que fazer uma construção, Ver. Idenir Cecchim, com o governo – seria avaliar, dentro do percentual que os vereadores vêm contribuindo democraticamente para a construção de um Orçamento que tenha contribuição legislativa a partir das emendas impositivas, que se estabelecesse o resgate desse valor das emendas não pagas que são impositivas. Por critérios legais objetivos ou não, ou de análise técnica, essas emendas não são pagas, e são muitas que não são pagas ou que não foram pagas nos últimos três anos. Então, na realidade, eu somei todas as minhas emendas impositivas que eu tinha feito e que não foram pagas e apresentei emendas extraorçamentárias não impositivas, para suprimir aquele investimento que, na realidade, não aconteceu. Por exemplo, se eu faço uma emenda para aquisição de uma viatura para uma creche na

Restinga e, por uma razão, a creche não tem lá a CND do Fundo de Garantia de uma situação de 20 anos atrás, aquela comunidade carente que vai estar ali, a creche que está atendendo as crianças humildes não vai receber a viatura. Vai fechar o ano, e o governo não vai investir aquele dinheiro, não vai investir aquele recurso. Então, se nós tivéssemos condições de ter um regramento de resgate... Porque, quando o vereador faz a emenda, ele não tem conhecimento: “Tem uma dívida trabalhista, tem uma certidão trabalhista que não saiu lá de determinada escolinha.” Mas como é que o vereador vai saber? O vereador faz a emenda. E outra coisa, vereador, quando tu destinas um recurso para aquisição de uma viatura, por exemplo, a viatura fica no nome do Município. Então, não destinar ou não pagar aquela emenda traz um prejuízo para aquela comunidade que precisa. E aquele recurso que não foi empenhado, não foi gasto, ele volta para o cofre do Tesouro e não vira uma política pública. Eu acho que o meu tempo estourou aqui – não é, Presidente –, mas a minha contribuição seria nesse sentido de nós fazermos um encontro de contas, vereador, das emendas não pagas e que constituem, digamos assim, o valor que cada vereador, pela lei, tem direito de destinar, que elas fossem resgatadas, que fosse investido na cidade por conta dessa democratização orçamentária que se dá a partir das emendas impositivas por iniciativa dos vereadores. Então fica essa contribuição para o debate, vamos ver se é possível a gente fazer essa construção ainda no dia de hoje. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLE nº 035/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mais uma vez, boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; eu preciso compartilhar com cada colega que é um pouco exaustivo, quando se sobe nesta tribuna e se busca deslegitimar os argumentos que trago ao debate pelo fato de eu ser um jovem vereador. Isso já ocorreu em mais de uma oportunidade aqui nesta Câmara Municipal. Talvez mais importante para a nossa reflexão, enquanto Parlamento, seja não a minha juventude, mas o fato, Ver. Oliboni, de que alguns vereadores sobem nesta tribuna e defendem que se abra mão das competências deste Legislativo. É competência deste Legislativo a fiscalização financeira do Município, e é competência deste Legislativo emendar leis ordinárias, Ver. Tiago Albrecht, como é o caso do Orçamento. Eu sou um jovem vereador que não abre mão das suas competências, enquanto vereador desta Casa! Um nobre colega, desta tribuna, provocou a reflexão sobre se as emendas impositivas não seriam suficientes para o trabalho parlamentar. Eu digo que não, porque as emendas impositivas não são capazes de assegurar políticas públicas fundamentais no Município de Porto Alegre. Então nós precisamos reconhecer a legitimidade das emendas populares, como é o caso da sociedade civil na Restinga, que se organizou para assegurar a Semana da Restinga, nos seus 50 anos, que ocorrerá no ano que vem, assim como é legítima, Ver.^a Biga, as emendas que nós produzimos no nosso exercício parlamentar.

O Ver. Cassiá, que é um vereador que eu respeito muito, disse que nós precisamos atualizar os nossos debates, não insistir nos mesmos, por isso, Ver. Cassiá, eu quero trazer um debate que nós pouco fazemos aqui, que é o debate sobre a questão ambiental. Eu gostaria de compreender, depois de um ano como foi o de 2023, em que nós sofremos na pele as consequências de eventos climáticos, eventos climáticos que nós sofremos agora, porque, ao longo de muitos anos, muitos praticaram o negacionismo e negaram que o aquecimento global traria mudanças climáticas que afetariam as nossas vidas. Bom, nós estamos enfrentando hoje. Esse ano de 2023, em um ano, duas vezes foram batidos os recordes de cheias nesta cidade, e a gente viu a consequência disso na vida das pessoas. Então a questão ambiental é muito importante, Ver. Cecchim, e eu não consigo entender por que a Prefeitura, por exemplo, está reduzindo em 98% o seu recurso para monitoramento ambiental. Gostaria da sua atenção, Ver. Cecchim, que é líder do governo, porque garantir monitoramento ambiental é muito importante para que não aconteça em Porto Alegre o que está acontecendo, neste momento, em Maceió. Mesmo que eu não tenha eventualmente a sua atenção, as consequências disso tudo quem sofre é o povo desta cidade. Eu não consigo compreender como o Executivo está reduzindo em R\$ 80 mil o orçamento para educação ambiental; em 86% o orçamento de monitoramento urbano ambiental; reduzindo em quase 40% os recursos previstos para qualificação das áreas verdes da nossa cidade; em 15% a qualificação da arborização da nossa cidade. Ver. Cecchim. Eu, mais uma vez, gostaria de fazer um esforço de diálogo contigo, porque uma das emendas acatadas pela Ver.^a Mari Pimentel, que eu produzi em conjunto com a nossa bancada e com a Ver.^a Biga, foi para aumentar em 750 vezes o orçamento para qualificação do sistema de enfrentamento às cheias na nossa cidade, e eu gostaria de ouvir qual é o argumento do Executivo Municipal para que a gente não aumente de R\$ 4 mil pra R\$ 300 mil os recursos à disposição para qualificar o nosso sistema de enfrentamento às cheias. Quando a gente vai para o debate de conteúdo, eu tenho uma dificuldade de entender quais são os contra argumentos da base do governo. E podem esperar da minha atuação aqui não abrir mão, em momento algum, das minhas competências enquanto vereador e de denúncia dessas contradições que o governo Melo tem e que demonstra isso no Orçamento apresentado. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Encerrada a discussão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, solicito que coloque em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 730, de sua autoria.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento firmado pela Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada da Emenda nº 730 aposta ao PLE nº 035/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta comunicando a retirada de sua assinatura do requerimento de destaque das Emendas nºs 625, 671, 675, 676, 677, 678, 681, 684, 685, 686, 690 e 691 ao PLE nº 035/23.

Apregoo também Requerimento firmado pelos Vers. José Freitas e Claudio Janta, solicitando a retirada das suas assinaturas do requerimento de destaque das Emendas nºs 601, 602, 604, 605 e 606 ao PLE nº 035/23.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. José Freitas solicitando retirada da assinatura do requerimento de destaque da Emenda nº 07 ao PLE nº 035/23.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, da Ver.^a Comandante Nádia e da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada de suas assinaturas do requerimento de destaque das Emendas nºs 858, 859, 860 e 861 ao PLE nº 035/23.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada das assinaturas do requerimento de destaque da Emenda nº 738 ao PLE nº 035/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando a retirada da assinatura do destaque das Emendas nºs 04, 738, 858, 859, 860 e 861 ao PLE nº 035/23.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Pablo Melo, solicitando a retirada da assinatura do requerimento de destaque da Emenda nº 04 ao PLE nº 035/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato e do Ver. José Freitas, solicitando a retirada das assinaturas do requerimento de destaque da Emenda nº 326 ao PLE nº 035/23.

Apregoo requerimento de autoria dos vereadores José Freitas, Giovane Byl, Fernanda Barth, Cassiá Carpes e Hamilton Sossmeier, solicitando a retirada das assinaturas do requerimento de destaque da Emenda nº 04 ao PLE nº 035/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está encerrada a discussão. Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há acordo de líderes para encerrarmos a Ordem do Dia. Antes de confirmar o encerramento da Ordem do Dia, há uma informação de que a CPI, conforme acordo, terá reunião às 8h30min de amanhã, terça-feira, para a apresentação do relatório, aqui no Plenário Otávio Rocha.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Alex Fraga, solicitando votação em destaque para as Subemendas nº 01 e nº 02 à Emenda nº 634 ao PLE nº 035/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 323, 324, 327, 328, 599, 603, 607, 865, 866, 867, 868 e 869 ao PLE nº 035/23.

Apregoo o PLL nº 689/23 e o PR nº 098/23, que dispõem sobre a criação de cargos e estrutura da Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h53min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. Encerrado o período de Comunicações.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1194/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 025/23, que altera o inc. II do § 1º do art. 63 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015, o inc. XIX do art.1º da Lei nº 11.404, de 27 de dezembro de 2012; cria 1 (um) Cargo em Comissão (CC) de nível 8 de Diretor-Geral na letra *c* do Anexo I; extingue 1 (um) Cargo em Comissão (CC) de nível 8 de Superintendente de Licitações e Contratos na letra *c* do Anexo I, ambos da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; e revoga os arts. 59, 60, 61 e 62 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015. **(SEI 118.00638/2023-19)**

PROC. Nº 0414/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera a alínea *e* do inc. XVI do *caput* do art. 76 e inclui art. 148-A, ambos na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo, como licença para tratamento de saúde, o afastamento para recuperação e tratamento de sintomas menstruais. **(SEI 210.00292/2022-56)**

PROC. Nº 1159/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui §§ 1º e 2º no art. 239 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro 1992, permitindo a reciclagem de uso e a reciclagem de edificação de imóvel com ocupação comercial para ocupação residencial, inclusive por desdobramento em unidades autônomas e em habitações multifamiliares. (SEI 038.00100/2023-11)

PROC. Nº 0445/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/23, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que determina a obrigatoriedade de inclusão, em concursos públicos do Município de Porto Alegre, de conteúdos relacionados aos direitos humanos e ao combate à LGBTfobia, ao racismo, à violência de gênero e a outras formas de discriminação. (SEI 234.00108/2023-35)

PROC. Nº 0719/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 401/23, de autoria da Ver^a Mari Pimentel, que declara de utilidade pública o Instituto Ascendendo Mentes. (SEI 211.00074/2023-00)

PROC. Nº 0724/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 406/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que cria a Feira de Escambo de Brinquedos no Município de Porto Alegre. (SEI 299.00097/2023-39)

PROC. Nº 0812/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 480/23, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece normas de atendimento médico em eventos públicos ou privados com aglomeração de pessoas no mesmo ambiente – Lei Alice de Moraes. (SEI 023.00048/2023-08)

PROC. Nº 0980/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 580/23, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth e do Ver. Ramiro Rosário, que estabelece, no âmbito do Município de Porto Alegre, a equiparação das gestantes vítimas de abuso sexual às gestantes de risco para fins de acesso prioritário na marcação e realização de exames de ultrassom durante o período gestacional. (SEI 025.00098/2023-85)

PROC. Nº 1019/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 599/23, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que denomina Rua Everton Gonçalves Sena o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Vinte, localizado no Bairro Jardim Marabá. (SEI 154.00069/2023-75)

PROC. Nº 1024/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 603/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui a Lavanderia Popular no Bairro Centro Histórico. (SEI 145.00100/2023-87)

PROC. Nº 1042/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 613/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que institui a Política Municipal de Proteção contra Enchentes para Desabrigados e Pessoas em Situação de Rua. (SEI 207.00036/2023-53)

PROC. Nº 1074/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 629/23, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que declara de utilidade pública a Associação Amor é o Bicho. (SEI 035.00101/2023-51)

PROC. Nº 1090/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 638/23, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que denomina Rua Aline Trindade da Silva Machado o logradouro público 2505, CTM 8376261, localizado no Bairro Petrópolis. (SEI 161.00095/2023-96)

PROC. Nº 1092/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 639/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. (SEI 024.00237/2023-71)

PROC. Nº 1149/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 670/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Selo Autista a Bordo. (SEI 024.00244/2023-73)

PROC. Nº 1161/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 673/23, de autoria da Verª Comandante Nádia, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre a Banda de Música da Ajudância-Geral da Brigada Militar. (SEI 025.00121/2023-31)

PROC. Nº 1173/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 680/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Hermenegildo Fração o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil Quatrocentos e Noventa e Nove, localizado no Jardim Europa. (SEI 138.00097/2023-17)

PROC. Nº 1183/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 094/23, de autoria do Ver. Giovane Byl, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Senhora Iris Helena Medeiros Nogueira. (SEI 158.00172/2023-11)

PROC. Nº 1184/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/23, que altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 12.662, de 21 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Residência Técnico-superior (PRTS) no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 118.00628/2023-83)

PROC. Nº 1189/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 039/23, que altera os incs. I e II do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.941, de 23 de dezembro de 2021, prorrogando até 31 de dezembro de 2025 os efeitos das gratificações de produtividade da

Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (Smharf), e Departamento Municipal de Habitação (Demhab). (SEI 118.00631/2023-05)

PROC. Nº 1191/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 095/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Alegre. (SEI 215.00131/2023-49)

PROC. Nº 1196/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 686/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que inclui a efeméride Dia Municipal das Mulheres e Meninas na Ciência na cidade de Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de fevereiro. (SEI 299.00179/2023-83)

PROC. Nº 1198/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/23, que institui o Programa de concessão de crédito aos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) classificados como A+ e A, nos termos da Lei Complementar nº 928, de 27 de dezembro de 2021. (SEI 118.00640/2023-98)

PROC. Nº 1205/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 688/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Dorival Gomes da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Trinta e Cinco, localizado no Bairro Ponta Grossa. (SEI 165.00254/2023-59)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1062/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/23, de autoria do Ver. José Freitas, que renomeia o parágrafo único para § 1º, mantendo-se sua redação atual, e inclui § 2º, todos no art. 52 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana e dá outras providências, e alterações posteriores, criando a transação de dívidas de natureza não tributária do Município em prestação de serviços à comunidade. (SEI 034.00425/2023-90)

PROC. Nº 0674/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 377/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Dr. Oswaldo de Lia Pires o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua do Parque Pontal do Estaleiro, localizado no Bairro Cristal. (SEI 037.00276/2021-02)

PROC. Nº 0854/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 506/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que institui o Selo Empresa Solidária com a Vida no Município de Porto Alegre. (SEI 165.00158/2023-19)

PROC. Nº 1111/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 649/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Missionário Herbert Gustaf Nordlund o logradouro não cadastrado conhecido como Rua T, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 215.00114/2023-10)

PROC. Nº 1145/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 666/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre a Ivana Machado Moraes Battaglin. (SEI 299.00167/2023-59)

PROC. Nº 1177/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 681/23, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua Júlio Cezar Vila o logradouro cadastrado conhecido como Viela Sete – Cefer Um –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 022.00012/2023-17)

PROC. Nº 1172/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 093/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Pablo Jose Mongelo de Lima. (SEI 032.00046/2023-00)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h55min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *